

**Impacto do Crescimento do Setor do Turismo no Bem-estar  
Social da População: O caso de Cabo Verde**

Audri Delgado Martins

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre  
em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientadora:

Prof. Doutora Sofia Vale, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de  
Economia

Coorientador:

Dr. Paulino Baptista Dias Jesus, Consultor e Presidente do Conselho de Administração  
da PD Consult

Setembro, 2018



Impacto do Crescimento do Setor do Turismo no Bem-estar Social da  
População: O caso de Cabo Verde

Audri Delgado Martins

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Economia da Empresa e da Concorrência

Orientadora:

Prof. Doutora Sofia Vale, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de  
Economia

Coorientador:

Dr. Paulino Baptista Dias Jesus, Consultor e Presidente do Conselho de Administração da PD  
Consult

Setembro, 2018

## Agradecimentos

Em primeiro lugar à minha orientadora Prof. Doutora Sofia de Sousa Vale pela disponibilidade em aceitar este desafio e pela valorosa orientação e paciência.

Ao meu coorientador Dr. Paulino Dias pela sua disponibilidade e sugestões.

À minha família toda e em particular aos meus pais Dina Delgado e Teodoro Martins e aos meus irmãos, que apesar da distância acompanharam-me em todos os momentos e me deram toda a força para que este objetivo fosse alcançado.

Ao meu namorado Vanilson Oliveira, pelo apoio, motivação, compreensão e por estar sempre presente, mesmo distante.

Ao Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde e ao meu amigo Carlos Bentub, funcionário das finanças em Cabo Verde, pela disponibilidade em fornecer dados importantes para a realização deste trabalho.

A todos os meus colegas, professores e funcionários do ISCTE- IUL.

Agardeço, de igual forma, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. Muito obrigada!

## Dedicatória

*À minha família, em especial aos meus pais e irmãos.*

## Resumo

Atualmente o turismo apresenta-se um setor altamente competitivo, conquistando espaço e importância na economia, sendo uma fonte importante de receita externa principalmente para os países menos desenvolvidos. Em Cabo Verde, o turismo tem sido alvo de discussão por parte dos decisores políticos, uma vez que a atividade tem somado efeitos macroeconómicos importantes e se assumido como o principal sector desta pequena economia aberta.

Este trabalho, elegido “impacto do crescimento do setor do turismo no bem-estar social: o caso de Cabo Verde” visa estudar o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, procurando identificar se tem sido acompanhado pelo aumento do bem-estar social da população Cabo-verdiana. Com esse objetivo calculou-se um índice de bem-estar e analisou-se a sua evolução nos últimos anos.

O estudo permitiu verificar que o setor turístico se tem acentuado visivelmente a partir do ano 2000, assumindo cada vez mais um papel decisivo no crescimento da economia Cabo-verdiana, permitindo melhorias nas condições de vida das populações. Entre 2000 e 2016, um período de forte expansão do turismo, o índice de bem-estar da população aumentou significativamente, com melhorias significativas a nível dos domínios da educação, do bem-estar económico, da água, saneamento e energia, da saúde e da vulnerabilidade económica.

Palavras-chaves: Turismo, Turismo em Cabo Verde, Índice de bem-estar, Desenvolvimento.

## Abstract

Currently tourism is a highly competitive sector, gaining space and importance in the economy, being an important source of external revenue source mainly for the least developed countries. In Cape Verde, tourism has been the subject of discussion by policy makers, since the activity has added important macroeconomic effects and assumed itself as the main sector of this small open economy.

This work, entitled "Impact of the growth of the tourism sector on social welfare: the case of Cape Verde" aims to study if the development of tourism in Cape Verde, seeking to identify whether it has been accompanied by the increase of the social welfare of the Cape Verdean population. With this objective a welfare index was calculated and its evolution was analyzed in recent years.

The study made it possible to verify that the tourism sector has become more marked since the year 2000, assuming an increasingly decisive role in the growth of the Cape Verdean economy, allowing improvements in the living conditions of the populations. Between 2000 and 2016, a period of strong expansion of tourism, the population welfare rate has increased significantly, with significant improvements in the fields of education, economic well-being, water, sanitation and energy, health and economic vulnerability.

Keywords: Tourism, Tourism in Cape Verde, welfare index, Development.

## Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Dedicatória .....	iv
Resumo.....	v
Abstract .....	vi
Índice de Gráficos .....	ix
Índice de Tabelas.....	x
Lista de Abreviações .....	xi
INTRODUÇÃO .....	1
1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	4
1.1 Definição de Turismo .....	4
1.2 Importância do Turismo .....	5
1.2.1 Impacto Económico do Turismo.....	9
1.2.2 Impacto Social do Turismo .....	10
1.2.3 Impacto do Turismo nas Infraestruturas .....	11
1.2.4 Impacto Ambiental do Turismo .....	11
1.2.5 Impacto Cultural .....	13
1.3 O Efeito Multiplicador do Turismo na Economia.....	14
2: METODOLOGIA .....	16
3: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TURISMO E DO BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO DE CABO VERDE .....	21
3.1 Procura e Oferta Turística em Cabo Verde .....	21
3.1.1 Procura Turística.....	21
3.1.2 Evolução da Oferta Turística .....	25
3.2 Impacto do Turismo na Economia.....	27
3.3 Desenvolvimento Económico.....	28
3.3.1 PIB .....	29
3.3.2 PIB Per capita .....	32
3.3.4 Balança Corrente.....	33

3.4 População .....	34
3.5 Índice de Bem-estar.....	37
CONCLUSÃO .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	56
ANEXOS.....	60

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da procura turística em Cabo Verde (1990-2016) .....	22
Gráfico 2: Evolução do número de hóspedes por ilha (2000 - 2016) .....	23
Gráfico 3: Evolução do número de dormidas (2000 - 2016).....	24
Gráfico 4: Evolução dos principais países emissores de turistas, em % das entradas (2000 - 2016) .....	24
Gráfico 5: Evolução da oferta turística (2000 - 2016) .....	25
Gráfico 6: Distribuição percentual dos turistas segundo a intenção de regressar e recomendar Cabo Verde como destino turístico .....	27
Gráfico 7: Evolução das receitas brutas de turismo, em % do PIB (2000- 2016).....	28
Gráfico 8: Evolução do PIB Real (2000 - 2016).....	29
Gráfico 9: Evolução da taxa de variação do PIB Real (2000 - 2016) .....	29
Gráfico 10: Evolução da Balança Corrente (2000 - 2016).....	33
Gráfico 11: Índice de bem-estar global e por perspectiva (2000=100).....	37
Gráfico 12: IBE: Condições materiais de vida e os seus respetivos domínios (2000=100).....	39
Gráfico 13: Qualidade de vida e os seus respetivos domínios (2000=100) .....	40
Gráfico 14: IBE: bem-estar económico e os seus respetivos indicadores (2000=100) ...	42
Gráfico 15: IBE: Vulnerabilidade económica e os seus respetivos indicadores (2000=100) .....	43
Gráfico 16: IBE: Trabalho e os seus respetivos indicadores (2000=100).....	45
Gráfico 17: IBE: Saúde e os seus respetivos indicadores (2000=100) .....	46
Gráfico 18: IBE: Educação e os seus respetivos indicadores (2000=100).....	47
Gráfico 19: IBE: Segurança pessoal e os seus respetivos indicadores (2000=100).....	48
Gráfico 20: IBE: Água, saneamento e energia e os seus respetivos indicadores (2000=100) .....	49

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Indicadores que compõem o IBE e fonte de dados .....	18
Tabela 2: Evolução do saldo de resposta sobre a satisfação dos turistas em relação aos bens e serviços, Cabo Verde (2011 - 2017) .....	26
Tabela 3: PIB a Preços Correntes (2000 /2016) .....	30
Tabela 4: PIB a Preços Correntes (%), por ilha (2007- 2015) .....	31
Tabela 5: Evolução do PIB per capita (em ECV), por ilha (2007 – 2016) .....	32
Tabela 6: Evolução da população residente em Cabo Verde (1990 - 2016) .....	34
Tabela 7: Evolução dos agregados familiares (1990 – 2016) .....	35
Tabela 8: Evolução da taxa Bruta de Natalidade, em % (1990 -2016) .....	36
Tabela 9: Evolução do IDH (1990 – 2016) .....	36
Tabela 10: Índice de bem-estar global, por perspectiva e domínios (2000=100) .....	37
Tabela 11: Percentagem dos agregados familiares segundo a posse de telefone fixo, televisão, televisão por assinatura, computador, tablet/ipad e acesso a internet no alojamento, por meio de residência, conselho e sexo do representante (2016) .....	51

## Lista de Abreviações

BCV – Banco de Cabo Verde

CIA – Central Intelligence Agency

CVE – Escudo Cabo-verdiano

DGES – Direção Geral do Ensino Superior

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMC – Inquérito Multiobjectivo Continuo

INE – Instituto Nacional de Estatística

INPS – Instituto Nacional de Providência Social

ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

IPH – Índice de Pobreza Humano

MED – Ministério de Educação e Desporto

MSSS – Ministério da Saúde e da Segurança Social

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OMT – Organização Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto<sup>3</sup>

PMA – Países Menos Avançados

PN – Polícia Nacional

PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação

VAB – Valor Acrescentado Bruto

WTTC – World Travel and Tourism council (conselho mundial de viagens e turismo)

# INTRODUÇÃO

O turismo representa hoje um setor altamente competitivo, cujo dinamismo e complexidade perpassa outros segmentos transversais, corroborando o seu potencial de rentabilidade e sustentabilidade.

Do ponto de vista da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2010), a indústria do turismo é a que tem apresentado um crescimento com maior celeridade a nível mundial e, quando somada a multiplicidade de atividades que lhe são adjacentes, disponibiliza incentivos ao comércio no que toca a expansão do negócio, bem como, ao lançamento de novos produtos no segmento.

Conforme explica Ferreira (2008), a atividade turística é excepcionalmente benéfica para as esferas económica e social, contudo, as oportunidades atribuídas ao setor não resultam apenas das perspetivas de crescimento que o sector tem e terá na economia mundial, mas, também, das transformações que têm repercussão na oferta e na procura e, que se acredita estão também na origem de novos produtos turísticos e na exploração de novos segmentos de mercado, concomitantemente. Deste modo, é inquestionável a singularidade desta indústria que “(...) oferece oportunidades comerciais concretas e quantificáveis para todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento (Zaei & Zaei, 2013:20).”

A propósito de Cabo Verde, acredita-se que a origem vulcânica do arquipélago, reúne uma série de características atrativas, que aliadas ao património cultural somam um grande potencial turístico, logo os sucessivos governos têm apontado o turismo como uma decisão estratégica importante, com impacto positivo nos restantes sectores, na criação de empregos e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (Banco de Cabo verde- BCV, Relatório do Estado da Economia de Cabo Verde, 2016).

À vista disso, o tema da pesquisa expõe uma discussão importante na atualidade, que é a contrapartida do turismo no desenvolvimento da economia e promoção do bem-estar social nas regiões acolhedoras, através da análise do impacto socioeconómico da atividade turística em Cabo Verde, no que tange à redução da pobreza, à diminuição da taxa de desemprego, ao investimento em infraestruturas etc.

Dessa forma, o tema apresentado no projeto, procura estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do turismo e o bem-estar social da população Cabo-verdiana, com ênfase na componente económica e social, tendo em conta as últimas estimativas oficiais, que indicam que até 2016 a contribuição do sector seria de 21,6% para o PIB, gerando cerca de 91.000 postos de trabalho (Instituto Nacional de Estatísticas – INE, Contas Nacionais, 2017).

A relevância deste estudo prende-se com a carência de estudos sobre os impactos do turismo no bem-estar da população de Cabo Verde não tendo sido encontrado nenhum outro estudo onde fosse também calculado o índice de bem-estar. Acredita-se que este trabalho é uma mais-valia, na medida em que, trás algo novo (o cálculo do IBE) para a literatura e, acaba por ser um instrumento importante na tomada de decisões que possam melhorar o Bem-estar em Cabo Verde, pois, é possível verificar o ponto de situação do país, bem como, o que é preciso fazer para melhorar.

Para além disso, o cálculo do Índice de bem-estar e a análise dos domínios que o compõem, são o ponto crucial desta pesquisa, que inclusivamente se empenha em explicar os efeitos do setor a nível dos residentes, elucidando as suas consequências no país.

Deste modo, define-se a seguinte pergunta de partida: será que o desenvolvimento do turismo é acompanhado pelo desenvolvimento do bem-estar da população de Cabo Verde?

Para o estudo formularam-se duas hipóteses, uma para testar se realmente houve crescimento do setor do turismo durante o período de 2000 à 2016 e, uma segunda hipótese, que procura verificar se houve o aumento do bem-estar social da população de Cabo Verde. Juntamente com as hipóteses, foi definido um objetivo geral, visando identificar se o turismo desenvolveu em paralelo com o bem-estar social da população Cabo-verdiana, subsidiado pelos seguintes objetivos específicos: analisar o percurso de crescimento do turismo em Cabo Verde no período de 2000 a 2016; identificar o peso do turismo no PIB no período de 2000 a 2016; Avaliar os principais indicadores de bem-estar social no período de 2000 a 2016; Identificar se existe alguma relação entre a evolução do bem-estar social da população cabo-verdiana com a progressão do turismo.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no próximo capítulo apresenta-se a contribuição teórica dos vários autores que refletem sobre a relevância do turismo e os seus impactos a nível económico e social.

O terceiro capítulo diz respeito à metodologia aplicada no trabalho que consistiu numa abordagem quantitativa e qualitativa.

O quarto capítulo centra-se na parte empírica do estudo, isto é, na análise do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde nos últimos anos e no cálculo do IBE, onde procedeu-se a sua análise, para identificar se o bem-estar social da população tem acompanhado o desenvolvimento do turismo.

Por último, serão apresentados as conclusões do estado e algumas sugestões para futuros estudos.

# 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

## 1.1 Definição de Turismo

Uma abordagem ao turismo obriga a compreensão do fenómeno e, para além disso, da própria extensão das atividades que insurgem engendradas à prática, pois, se reconhecem mudanças a nível económico, social, cultural e ambiental que não poderiam ser abarcadas senão numa ótica multidisciplinar que justifica, inclusivamente, a natureza complexa desta indústria em forte expansão.

Apesar desta conotação multifacetada, o turismo pode ser considerado uma atividade democrática, uma vez que, poderá significar coisas diferentes para pessoas diferentes por se tratar de uma abstração de uma ampla gama de atividades de consumo que exige produtos e serviços a partir de uma ampla gama de indústrias na economia (Cunha,2001).

Esta ambiguidade do termo tem sido trabalhada ao longo do tempo, alavancando interpretações e atribuições conforme as oportunidades que vem projetando e que, acompanham inclusivamente a evolução do conceito, pois “definir turismo continua até hoje, a não gerar consenso” (Balanzá e Nadal ,2003).

Por outro lado, Hunziker e Krapf (1942) *apud* Cunha (2001:8), explicam que o turismo é “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para exercício de uma atividade lucrativa principal”.

Ainda sobre o turismo, pode-se considerar Cooper et al (2008:40), indicando que o turismo é “uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contacto com muitas vidas e atividades económicas e sociais diferentes”, logo, “ as discussões sobre o conceito do turismo estão intrinsecamente relacionadas ao contexto, (...) e podem abranger os turistas, ou o que os turistas fazem, ou os agentes que os atendem, e assim por diante.”

Para asseverar ainda mais a complexidade do tema, faz sentido, considerar Cooper *et al* (2008), para quem, uma abordagem sobre o turismo pode ser formulada do ponto de vista da procura, mas também, na perspetiva da oferta.

Na ótica da procura, esses autores defendem que o turismo representa “as atividades das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, por prazer, trabalho ou outras razões”; definição aceita pela OMT em 1993 após a *International Conference on Travel and Tourism Statistics*.

Do ponto de vista da oferta, a indicação desses autores sugere que a indústria turística consiste no conjunto de todas as empresas, organizações e instalações destinadas a servir as necessidades e os desejos específicos dos turistas.

## 1.2 Importância do Turismo

Segundo Brito (2010), o turismo tem firmado uma importância preponderante a nível internacional, que se consagra sobretudo no seu potencial em dinamizar a economia, facilitar a modernização das infraestruturas, promover a requalificação de mão-de-obra e estimular a criação de novos postos de trabalho. Como explica este autor, as oportunidades engendradas pelo turismo têm sido consideradas vitais, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, onde “a aposta no sector do turismo (...) contribui para uma revalorização múltipla: socioeconómica; cultural; e ambiental, permitindo abrir novas possibilidades para estimular uma melhoria nas condições de vida das populações locais” (Brito, 2010:12).

Para corroborar a importância que este alinhamento estratégico ao turismo acrescenta, do ponto de vista da componente socioeconómica, Brito (2010:12) descreve que:

(...) por um lado, porque permite gerar receitas, idealmente retidas nos países recetores; por outro lado, porque contribui para estimular o desenvolvimento de outros sectores de atividade económica, através do efeito de difusão, tais como o agropecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços, o artesanato e a animação sociocultural.”

Neste sentido, são incontáveis os ganhos associados a indústria do turismo, pelo que, a importância desta atividade é notória e incontestável, tendo em conta a razoabilidade das contrapartidas em diversas áreas, como se pode constatar a nível da explanação de Zaei e Zaei (2013:15):

“(...) O turismo desempenha um papel extremamente importante no desenvolvimento económico e social da maioria dos países (...) também serve como um instrumento potente para eliminar a pobreza,

para acabar com o desemprego, para promover o diálogo entre as civilizações e para fornecer canais em que fluxos de cultura diferente poderia conhecer e conviver(...)É o maior gerador de empregos e de seus serviços vão desde viagens, alojamento, restauração e manutenção da cultura e tradições especialmente a indústria de artesanato e para a preservação do ecossistema.”

Os autores Cunha e Cunha (2005:2) acreditam que esta prerrogativa associada ao turismo reside, particularmente, numa característica que o diferencia das demais atividades produtivas, pelo que:

“é um produto que só pode ser consumido *in loco*, estimula o desenvolvimento de outras atividades econômicas (entretenimento, comércio, transportes, meios de hospedagem, agências de viagens, artesanato, serviços de apoio); estimula o desenvolvimento da infraestrutura (estradas, aeroportos, saneamento, energia etc.); depende da sustentabilidade cultural e ambiental e tem forte efeito indutor na geração de renda e emprego local.”

É por essa razão que a atividade turística tem sido amplamente reconhecida como sendo vital para o desenvolvimento sustentável, sobretudo nos PMA, onde representa um instrumento prioritário na redução da pobreza, conforme aponta a OMT (2015).

Embora o nível de financiamento do desenvolvimento turístico ainda seja considerado baixo, a OMT (2015) reconhece que o setor tem sido crucial para os PMA, na medida que em 2013, os 49 PMA receberam 24 milhões de turistas internacionais e receberam US \$ 18 mil milhões para o turismo internacional, o que representa 8% das exportações totais de bens e serviços dos PMA e 12% no caso dos PMA que não são exportadores de petróleo. Portanto, conforme indica a OMT (2015), o turismo foi inclusivamente o elemento essencial que impulsionou a saída do Botswana, das Maldivas e de Cabo Verde da categoria dos PMA.

Ainda segundo a OMT (2015), o turismo representa uma das poucas opções que os países em desenvolvimento têm de se integrar na economia global, já que a natureza transversal da atividade, juntamente com a multiplicidade de vínculos que estabelece com outros setores económicos, fazem dela uma força multiplicadora efetiva para as estratégias globais de desenvolvimento. Acrescenta que, embora o turismo seja sinónimo de emprego, erradicação

da pobreza, desenvolvimento comunitário e proteção do património natural, para uma grande parte dos países em desenvolvimento, é importante considerar o desequilíbrio entre a capacidade do sector em promover o desenvolvimento e a baixa prioridade atribuída ao apoio financeiro ao desenvolvimento, para que seja maximizada na íntegra a contribuição do turismo nos objetivos do desenvolvimento.

Não obstante, Tadini (2010) entende que o turismo representa uma opção estratégica de desenvolvimento por parte dos governantes, porque pelo seu efeito multiplicador o rendimento é multiplicado para população local, através da ampliação de empregos e de transações entre diversas empresas, o que por outro lado também aumenta a arrecadação de impostos e captação de recursos para investimento em infraestruturas e equipamentos.

Por outro lado, o autor alerta que a natureza predominantemente de prestação de serviços, que reveste a atividade turística, exige uma qualificação da mão-de-obra sobretudo nos países em desenvolvimento, onde a insuficiência de profissionais qualificados representa um grande entrave na expansão dessa atividade.

Embora a mão-de-obra tenha um papel preponderante, não se pode descurar igualmente dos serviços hoteleiros, das agências de viagens, pois conforme explica Tadini (2010), representam, juntamente com o sector dos transportes, o principal esteio do turismo.

Conforme aponta a (OCDE, 1967), embora os países desenvolvidos tenham sido sempre os principais recetores de turistas, verifica-se que o turismo tem vindo a acentuar-se nos pequenos países em desenvolvimento, sendo que os arquipélagos têm tido uma participação positiva a nível deste crescimento. Neste caso, a posição da (OCDE, 1967), é a de que o turismo seja um grande trunfo no processo de desenvolvimento económico e social dos pequenos países que gozam de recursos naturais favoráveis, para além da insularidade.

A busca pelo turismo por parte dessas regiões, envolve por um lado interesses económicos, pois trata-se de “sector economicamente dinâmico e propiciador do incremento de atividades produtivas complementares, contribuindo para a redução da pobreza e, por isso, representando uma alternativa viável no longo prazo para a aquisição de rendimento”. (Brito, 2010:21). Por outro lado, a razão tem também carácter social, uma vez que o turismo pode ser considerado, na perspetiva de Brito (2010:21), “um sector promotor de paz e de bem-estar social, estimulando o contacto intercultural, a tolerância e a criação de sociedades sustentáveis a um nível global”.

Admitindo que o arquipélago de Cabo Verde esteja também incluso nestas condições, tendo em conta o alinhamento estratégico que privilegia iniciativas na área do turismo, urge refletir sobre o reconhecimento das mais-valias introduzidas pelo turismo na economia, já que a sua importância é verificada “ não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até um certo destino, mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem” (Hall, 2001:13).

Esta premissa associada ao turismo, que versa sobre a melhoria das condições de vida dos residentes, na criação de postos de trabalho e a repercussão satisfatória no aumento do PIB, estimula uma indústria sustentável, que apenas o será através do planeamento turístico, na medida que este representa “uma maneira de se chegar a decisões e atitudes cuja intenção é promover o bem social de uma sociedade que passa por rápidas mudanças” (Hall,2001:13).

Ora, em Cabo Verde o turismo foi considerado uma atividade estratégica desde o ano de 1980, conforme explica Brito (2010), em parte devido a dificuldade em rentabilizar outros setores de atividade. Aliás, como indica Santos (2011), num país como Cabo Verde, a atividade turística continua sendo a solução para o desenvolvimento e também para outros problemas existentes, tendo em conta o fraco desenvolvimento industrial, a pouca competitividade, a elevada dependência externa, ausência de matérias-primas e o mercado pequeno e pouco atraente, que o caracteriza.

Dessa forma, pode-se novamente considerar a perspectiva de Brito (2010), explicando que o desenvolvimento desta indústria espelha um interesse que repercute benefícios para a classe governativa e para a população local, na medida que representa um instrumento privilegiado para a captação de investimento estrangeiro e uma alternativa socioprofissional e económica, propícia à aquisição de rendimento, num país que se confronta com graves problemas associados à pobreza.

De acordo com Santos (2011), a gestão do Turismo em Cabo Verde é uma prerrogativa do Organismo Governamental denominado de C.V investimentos, o que reforça a ideia divulgada por Brito (2010) de que em Cabo Verde o planeamento turístico tem sido alinhado com a intervenção do governo no desenvolvimento sustentável do setor, porque se trata de um setor fundamental para a economia nacional, também perspectivado como um instrumento de divulgação da identidade nacional, cujas potencialidades tem mormente que ser aproveitadas.

Não obstante, Brito adverte que, embora o turismo seja considerado um forte potencial estratégico para Cabo Verde, em virtude das condições geográficas e particularidades paisagísticas e socioculturais que caracterizam esta região insular, nota-se que muitas vezes o investimento no setor, a implementação dos projetos e os efeitos resultantes têm evidenciado incongruências. De acordo com Brito (2010), os efeitos menos virtuosos do desenvolvimento turístico em Cabo Verde, têm emergido rapidamente, deixando algumas marcas como o aumento da instabilidade e insegurança, potenciação da prostituição infantil e juvenil, consumo de drogas associado ao tráfico interno e internacional e ainda a viciação da relação entre o turista e as comunidades, alimentando dependências a partir da dádiva, em nome da troca por uma fotografia, uma conversa ou um passeio.

Outro aspeto que Brito (2010) destaca, é o fato de que em Cabo Verde, a maioria das iniciativas turísticas implementadas ficam concentradas num reduzido número de ilhas. Para além disso, representam investimentos financiados pela iniciativa privada, incluindo a estrangeira, sendo que o impacto ambiental e social produzido nem sempre é positivo, pois a preocupação subjacente é a recuperação do investimento realizado e a consequente rentabilização dos equipamentos turísticos.

Por outro lado, Brito (2010:21) explica ainda, sobre Cabo Verde, que:

“As organizações da sociedade civil representam apenas uma franja do mercado turístico cabo-verdiano, sendo emergentes no sector, estando vocacionadas para segmentos específicos em função das ilhas, seguindo uma filosofia de implementação própria e orientada por princípios maioritariamente solidários.”

### **1.2.1 Impacto Económico do Turismo**

Na perspetiva de Cooper et al. (1998), a componente económica é sem dúvida a área onde as vantagens do turismo manifestam impactos sobremaneira acentuados, uma vez que expande as oportunidades de empregabilidade, estimula o comércio e gera receitas nos âmbitos internacional, nacional, regional e local.

De acordo com Tadini (2010), o turismo é uma importante fonte de renda para diversos países e, em muitos casos, a principal, pois capta divisas, gera empregos diretos e indiretos nos mais

diferentes setores, pois quando um turista chega numa localidade, essa economia é dinamizada através do seu consumo e são arrecadados mais impostos, são gerados mais incentivos fiscais, a balança deficitária é reduzida e são promovidos investimentos em diversas áreas, principalmente na hotelaria, nos transportes, nas infraestruturas urbanas, nas agências de viagens, no artesanato etc.

De acordo com Carvalho (1998:12), o turismo é também a maior fonte geradora de divisas, contudo alerta que:

“Existe um risco na dependência extrema da demanda externa do turismo, devido, em primeira instância, ao facto de os gastos com o turismo internacional serem gerados em pequeno número de países desenvolvidos, fazendo com que o desenvolvimento turístico seja altamente dependente da prosperidade desses países desenvolvidos.”

Já o autor, Mill (1990), debruçou-se sobre o impacto económico desta atividade do ponto de vista da balança de pagamentos, pelo que salienta que o turismo pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento económico dos países, na medida que limita muitas vezes o deficit comercial em que incorrem.

De acordo com Inskip, (1991), outro grande efeito económico direto do turismo diz respeito ao emprego, pois trata-se de uma indústria de serviços a partir do qual florescem novas oportunidades de emprego, mais do que as indústrias de fabricação normais. Ainda, fornece uma ampla gama de trabalhos, traduzidas em indústrias de apoio que atendem direta ou indiretamente as necessidades das indústrias turísticas, fornecendo as exigências dos turistas, nomeadamente hotéis, motéis, restaurantes, agências de transporte, agentes de viagens, operadores turísticos, lojas, carros, etc.

Para além disso, Tadini (2010), explica que o fluxo turístico numa localidade movimenta o sector de alimentação, de fabricação e vendas de souvenirs (inclusive religiosos), de material para filmagem e fotografia, de comidas típicas, de casas noturnas, de serviços hospitalares e mecânicos, postos de gasolina, bancos, correios, entre outros.

## **1.2.2 Impacto Social do Turismo**

Os autores Zaei e Zaei (2013), sugerem que a dimensão social do turismo abrange melhorias nas instalações e infraestruturas locais, de suporte ao turismo e a conseqüente melhora na educação, saúde, oportunidades de emprego e renda, pois: (...) só se pode pensar em um destino turístico se o mesmo tiver boa qualidade para cidadão. A cidade só é boa para o turismo se o for também para o cidadão. Dentro desse conceito, com o desenvolvimento turístico melhora-se também a qualidade de vida da população, (Carvalho,1998)

Para além disso, Zaei e Zaei (2013) indicam que o potencial de crescimento do turismo oferece e, tende a oferecer inúmeros benefícios económicos, como empregos e melhoria da qualidade de vida das famílias, aliás “o turismo também ajuda na expansão da educação e da alfabetização em grande forma” inclusive.

### **1.2.3 Impacto do Turismo nas Infraestruturas**

Conforme Carvalho (1998), “a infraestrutura é um aspeto básico. Não se pode pressupor o desenvolvimento de equipamentos turísticos se não existir o cenário ideal para atrair os investidores”, logo a importância económica do turismo na economia nacional pode ser apreciada com referência à sua contribuição no desenvolvimento de infraestruturas” Zaei e Zaei (2013:17).

Ainda Segundo Zaei e Zaei (2013), o turismo representam um grande estímulo na infraestruturação das regiões de acolhimento, pois a criação de serviços públicos e as instalações que indiretamente proporciona, não serão utilizados apenas pelos visitantes e, portanto, são uma mais-valia população local.

De acordo com Tadini (2010), o turismo é um fator preponderante na criação, ampliação, utilização e recuperação de estradas, aeroportos, terminais ferroviários e portos, embora contribua e dependa da oferta de veículos, aeronaves, navios e barcos.

### **1.2.4 Impacto Ambiental do Turismo**

De acordo com Zaei e Zaei (2013), o desenvolvimento do turismo numa localidade está intrinsecamente relacionado com a área circundante, pois um ambiente atraente atrai turistas,

seja ele natural ou construído, porém é comum haver uma controvérsia relativamente aos seus efeitos adjacentes. As externalidades são sempre uma constante em termos do desenvolvimento turístico nas regiões, contudo é o maior ou menor envolvimento, comprometimento e responsabilidade com que se estimula o turismo nas comunidades de acolhimento, que determina a natureza e profundidade do impacto ambiental a ser mitigado.

Neste sentido, pode-se depreender que muito embora possa imergir, da interceção socioeconómica, princípios equitativos no acesso a bens e serviços, na satisfação das necessidades e na aquisição de rendimento, responsáveis pela minimização das desigualdades entre visitantes e visitados, permanecem deveres e obrigações assentes em respeito e responsabilização no desenvolvimento da atividade e das práticas por parte de todos os atores envolvidos, (Brito, 2010). Ainda Brito (2010:19), esclarece que:

“Da relação económico-ambiental é evidenciada a viabilidade, já que se espera que os projetos sejam ambientalmente possíveis e economicamente rentáveis. Mas igualmente importante é a esfera sócio ambiental, das vivências e dos afetos, das sensações e do conhecimento, da aquisição de experiência e da valorização pessoal viabilizada através do contacto direto com novas situações.”

De acordo com Barbosa (2005), uma estratégia sustentável de turismo proporciona uma série de benefícios, nomeadamente: Incentiva melhorias na qualidade ambiental, como o controle do ar, da água, da poluição sonora, de problemas com o lixo, bem como, à estética ambiental por meio de programas de paisagismo, designs adequados de construções e melhor manutenção; melhorias nas infraestruturas locais, transportes, sistemas de água e esgoto, telecomunicações, que trazem benefícios económicos e ambientais; melhorias no meio ambiente, através do desenvolvimento de instalações turísticas bem projetadas que trazem melhoramentos às paisagens naturais ou urbanas; alternativa de preservação das regiões agrícolas em processo de estagnação económica, derivada do desenvolvimento tecnológico; valorização da cultura típica, através do incentivo aos hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo recetor, face ao processo da globalização e impulsionador económico, através do aumento das receitas dos municípios, captação de impostos, maximização e recebimento de divisas, ocupação e renda para a população local e redistribuição da renda.

## 1.2.5 Impacto Cultural

Conforme Zaei e Zaei (2013) a interação do turista com a comunidade de acolhimento pode acarretar efeitos positivos ou adversos, uma vez que este pode ser ou não sensível aos costumes locais, tradições e normas, contudo, o turismo proporciona canais em que fluxos de culturas diferentes se podem conhecer e conviver.

Por outro lado, também Carvalho (1998) defende que em determinado sentido o turismo tem um efeito cultural fantástico, nos casos em que a população trava contacto com culturas diferentes, podendo absorver ensinamentos e lições com utilidade suficiente para lhes proporcionar melhorias nas condições de vida. Nestes casos, Brito (2010:19) explica que “igualmente importante é a esfera sócio ambiental, das vivências e dos afetos, das sensações e do conhecimento, da aquisição de experiência e da valorização pessoal viabilizada através do contacto direto com novas situações”. Sendo que:

“O Turismo passa a ser formalmente considerado como um veículo suscetível de incrementar a compreensão e o respeito entre culturas diferentes, contribuindo para o desenvolvimento individual e coletivo no longo prazo, através do recurso e da divulgação do património natural e construído, gerando benefícios para os países e comunidades de acolhimento, mas implicando o cumprimento de obrigações e deveres” (Brito, 2010:19).

Numa perspetiva semelhante, Tadini (2010) explica que o carácter religioso intrínseco à cultura é um fator deveras apelativo na componente turística, uma vez que as crenças religiosas e outras concentrações motivadas pela fé, quer nacionais quer internacionais, movimentam milhares de pessoas em todo o mundo, como por exemplo as romarias, as peregrinações, as festas religiosas marítimas, as procissões, as visitas aos templos, congressos religiosos e outros.

Uma grande parte destes e outros eventos deslocam milhares de pessoas, participantes e acompanhantes a diferentes lugares, que ocupam hotéis, restaurantes, agências de viagens, e estimulam a necessidade de mão-de-obra em diversas áreas correlatas.

### 1.3 O Efeito Multiplicador do Turismo na Economia

Segundo Cunha (1997), o turismo concentra cinco finalidades que lhe concedem um importante lugar na economia, nomeadamente: Incentivo à preservação e manutenção de importantes áreas naturais, que de outra forma, poderiam ser deterioradas ecologicamente; financiamento e preservação de locais históricos e arqueológicos; garante as condições essenciais para melhoria da qualidade de vida das populações (finalidade social); contribui para solução de problemas económicos e é um fator de dinamização da atividade económica global (finalidade económica); contribui para pensar ou atenuar os desequilíbrios regionais (finalidade territorial); encerra a capacidade e a responsabilidade na proteção do meio ambiente e na valorização do património cultural (finalidade patrimonial), também o turismo é importante instrumento de promoção e divulgação do património cultural existente e, cada vez mais, tem se transformado numa forma de cultura, ou seja, num património de conhecimento de atitudes e de experiências que contribuem para a transformação do mundo material e na criação de novos valores (finalidade cultural).

Dessa forma, entende-se que o turismo é caracterizado pelo efeito multiplicador, pois como defende Tadini (2010) as receitas resultantes da atividade turística beneficiam uma diversidade de atividades, ainda que não tenham uma relação direta com o sector. O efeito multiplicador estabelecido pelo turismo, gera um fluxo de divisas para a área de destino, que é uma importante massa de recursos para as empresas e pessoas envolvidas, mas também para os demais sectores. Dessa forma “o efeito multiplicador da renda é o produto da interdependência existente entre os diversos setores económicos, de maneira que o aumento na demanda dos bens ou serviços produzidos por um setor gera, por sua vez, o acréscimo da demanda de bens e serviços procedentes de outros setores” (Tadini, 2010:21).

Em suma, o autor entende que o turismo acaba por transformar-se numa opção estratégica de desenvolvimento por parte dos governantes, porque pelo seu efeito multiplicador o rendimento é multiplicado para a população local, através da ampliação de empregos e de transações entre diversas empresas, o que, por outro lado, também aumenta a arrecadação de impostos e captação de recursos para investimento em infraestruturas e equipamentos.

Na perspetiva de Barbosa (2005), o efeito multiplicador é produzido pela sucessão de despesas que têm origem no gasto do turista e, beneficiam os setores ligados indiretamente ao fenómeno turístico.

Barbosa (2005), defende ainda que o dinheiro gerado pelo turismo, multiplica-se na economia traduzindo-se em: Aumento da urbanização; desenvolvimento das indústrias associadas à atividade; aumento da demanda de mão-de-obra para serviços; incremento da indústria de construção; aumento da demanda dos produtos locais e artesanato; aumento da entrada de divisas para equilibrar a balança comercial e maior arrecadação de impostos e taxas.

O acrescenta que, pelo efeito multiplicador qualquer região pode beneficiar-se com o turismo, desde que forneça bens ou serviços que vão ser consumidos pelo turista, ainda que este não esteja presencialmente nessa região, portanto:

“O efeito multiplicador da atividade turística é uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que, não é apenas o núcleo recetor que se beneficia (...) a atividade atua indiretamente, gerando renda não só na indústria turística complementar, mas em quase todos os setores econômicos” (Barbosa, 2005:11).

Conforme aponta Barbosa (2005), o reflexo do efeito multiplicador do turismo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços de profissionais liberais e no movimento bancário. O autor explica ainda que o setor público é afetado pela realização de obras, no incremento do comércio em geral, especialmente no que toca aos produtos típicos. Pelo mesmo processo de reação, defende ainda que, toda a rede de indústrias e serviços relacionados ao transporte são também beneficiados, nomeadamente os postos de gasolina, oficinas mecânicas, e atividades vinculadas aos veículos automotores. Finalmente, Barbosa (2005) afirma que na indústria complementar, o setor de diversão e cultura, sofre uma dinamização proporcional ao incremento da atividade turística, enquanto o meio ambiente é beneficiado quando o turismo é bem planeado e controlado.

## 2: METODOLOGIA

A análise empírica, seguiu uma abordagem qualitativa, mas também uma abordagem quantitativa. Numa primeira fase do estudo empírico, optou-se pela abordagem quantitativa, na comprovação da primeira hipótese, que busca comprovar se houve crescimento do turismo no país, através da análise descritiva de dados publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) de Cabo Verde, como a procura e a oferta turística, a evolução das receitas do turismo, o PIB, o PIB per-capita e também dados publicados pelo BCV (Banco de Cabo Verde), como a análise das receitas brutas do turismo e da balança corrente. Por outro lado, na comprovação da segunda hipótese, isto é, se houve um aumento do bem-estar social da população de Cabo Verde, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa, em que se calculou o índice de bem-estar social (IBE), com o objetivo de verificar se o IBE tem evoluído de uma forma positiva.

O Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (2017) define bem-estar como sendo a presença do melhor padrão de vida no sentido mais amplo do termo, abrangendo quer as condições materiais de vida, quer os fatores explicativos do nível da qualidade de vida, relacionados com o enquadramento ambiental, a saúde robusta, o bom nível educacional, o equilíbrio no uso do tempo, em particular no balanço vida-trabalho, vitalidade da vivência em sociedade, bom nível de participação democrática e o acesso e participação em atividades culturais e de lazer. Nos últimos anos gerou-se um consenso internacional quanto à prioridade de colmatar o défice informacional relativo à avaliação da qualidade de vida e satisfação das famílias. São várias as organizações internacionais (ONU, OCDE, Eurostat, FMI e o Banco Mundial com a participação direta e ativa de vários Institutos de Estatística à escala mundial) que têm vindo a adotar este desafio. O cálculo deste índice veio a propósito do desenvolvimento de indicadores que complementassem o PIB, tendo como objetivo proporcionar mais informação de apoio à tomada de decisão política. Esses resultados permitem acompanhar a evolução do bem-estar e o progresso social através das perspetivas, condições materiais de vida e da qualidade de vida, sendo que, as condições materiais de vida integram informação privilegiadamente de natureza económica e é constituída por três domínios (bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração) e, a qualidade de vida abrange indicadores de carácter não diretamente económico e é constituída por sete domínios (saúde; balanço vida-trabalho, educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal;

ambiente) e cada domínio é constituído por vários indicadores (INE de Portugal, índice de bem-estar 2004-2016).

Neste caso em concreto, foi necessário adaptar o IBE à realidade de Cabo Verde, uma vez que, não existe informação estatística referente a todos os indicadores que constituem o índice. Portanto, na vertente qualidade de vida, não foi possível obter informação sobre os seguintes domínios: balanço vida-trabalho; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação. Quanto ao domínio ambiente, este foi substituído por “água, saneamento e energia”. Para os indicadores homicídios, crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de crime, crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de abuso sexual, posse ilegal de armas de fogo que compõem o domínio segurança pessoal, foram imputados valores nos anos 2000 e 2005, iguais aos do ano 2010, pelo fato de não haver qualquer informação nesses anos, respetivamente.

Ainda no que diz respeito aos outros domínios foram todos adaptados de acordo com informação estatística disponibilizada, sendo o nosso IBE constituído pelos indicadores<sup>1</sup> apresentados na Tabela 1.

---

<sup>1</sup> Ver os valores de cada indicador em anexo 1

**Tabela 1: Indicadores que compõem o IBE e fonte de dados**

<b>1. Condições materiais de vida</b>	<b>Fonte</b>
<b>1.1. Bem-estar económico</b>	
Poupança Pública	Dados cedidos pelo MF
Consumo Público	Dados cedidos pelo MF
Índice de Gini renda	Dados cedidos pelo MF
Índice de Gini consumo	Dados cedidos pelo MF
<b>1.2. Vulnerabilidade económica</b>	
Taxa de Pobreza Absoluta	Dados cedidos pelo MF
Taxa de Pobreza Relativa	Dados cedidos pelo MF
Dívida Pública	Dados cedidos pelo MF
<b>1.3. Trabalho</b>	
Taxa de actividade*	INE:RGPH 2000, IE* 2005, EMT* 2010 à 2016
Taxa de desemprego	INE:RGPH 2000, IE* 2005, EMT* 2010 à 2016
<b>2. Qualidade de vida</b>	
<b>2.1. Saúde</b>	
Esperança de vida à nascença	INE, Esperança de vida à nascença
Taxa bruta de mortalidade**	MSSS: RE 2005 e de 2010 à 2016
Taxa de mortalidade infantil**	MSSS: RE 2005 e de 2010 à 2016
Taxa bruta de mortalidade, por doença da tuberculose**	MSSS: RE 2005 e de 2010 à 2016
Taxa bruta de mortalidade, por doença de sida**	MSSS: RE 2005 e de 2010 à 2016
Percentagem de crianças de 1 ano, imunizadas contra o sarampo	MSSS: RE 2005 e de 2010 à 2016
<b>2.2. Educação</b>	
Taxa bruta de escolarização do pré-escolar	INE: RGPH 2010, MED 2011 e AE 2016
Taxa de alfabetização de 15 ou mais anos	INE: RGPH 2010, MED 2011 e AE 2016
População com nível de escolaridade similar ao ensino superior	INE: RGPH 2010, MED 2011 e AE 2016
<b>2.3. Segurança pessoal</b>	
Ocorrências criminais comunicadas à policia nacional	PN: RE de 2000, 2005 e de 2010 à 2016
homicídios	PN: RE de 2000, 2005 e de 2010 à 2016
Crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de crime	PN: RE de 2000, 2005 e de 2010 à 2016
Crianças e jovens (0-17 anos) vítimas de abuso sexual	PN: RE de 2000, 2005 e de 2010 à 2016
Posse ilegal de armas de fogo	PN: RE de 2000, 2005 e de 2010 à 2016
<b>2.4. Água, saneamento e energia</b>	
Acesso à rede pública de distribuição de água	INE - EFCV:IMC 2016
População com acesso às instalações sanitárias	INE - EFCV:IMC 2016
Acesso dos agregados à eletrecidade	INE - EFCV:IMC 2016

Legenda: MF- Ministério das Finanças; IE- Inquérito ao Emprego; EMT- Estatísticas do Mercado de Trabalho; IMC- Inquérito Multiobjectivo Contínuo; \*- 15 ou mais anos e \*\* - por 1000 nascidos vivos.

Para o cálculo do IBE, o ano 2000 foi definido como sendo o ano base, por ser o ano a partir do qual o turismo começou a crescer mais expressivamente, como se pode verificar nas Oestatísticas do turismo publicado pela INE. De acordo com Reis (2009: 137) “um número de

índice é um quociente entre dois valores de uma mesma variável, referentes a diferentes pontos no tempo ou no espaço e expresso em percentagem”. Os números de índices permitem simplificar os dados, para uma maior facilidade de comunicação, pois com um único valor pode-se avaliar a evolução de um conjunto complexo de variáveis, permitindo comparações mais fáceis e imediatas; todos os valores podem ser convertidos em percentagens, tornando mais fácil a tarefa de comparar variáveis expressas em diferentes unidades de medida; também permite evidenciar variações sazonais típicas (Reis, 2009).

Os indicadores são expressos em unidades de medida diferentes e, relativamente a pesquisa foi usado, em primeiro lugar, um número de índice simples que, de acordo com Reis (2009:141 e 142) apresenta três propriedades importantes: transitividade (um índice para o período  $i$ , cuja base, é o período 0 pode ser calculado através do produto de dois índices), reversibilidade (o índice para o período  $i$  com base em 0 é igual ao inverso do mesmo índice para o ano zero com base em  $i$ ) e encadeamento (qualquer índice para o período  $i$  com base em 0 pode ser decomposto no produto dos índices para todos os períodos desde  $i$  até 0, cada um deles como base o período imediatamente anterior). Num segundo momento, foi usado o cálculo de índices sintéticos ou compósitos a nível de cada domínio e a nível global pois, “permite agregar num só valor, itens expressos em diferentes unidades de medida” (Reis, 2009:149). Os cálculos desses índices traduzem-se numa ótima ferramenta para o governo, no que diz respeito a políticas públicas.

Existem indicadores, que se traduzem na melhoria do bem-estar pelo seu aumento e, outros que indicam uma diminuição do bem-estar pelo seu aumento, permitindo obter o rácio do índice (Maggino *et al.*, 2012): Para indicadores cujo aumento significa o aumento do bem-estar, o índice no ano  $t$  associado à variável  $x$ , é obtido pelo rácio  $x_t/x_0$ , onde  $x_t$  representa o valor da variável no ano  $t$  e  $x_0$  o valor dessa variável no ano-base e, para indicadores cujo aumento significa a diminuição do bem-estar o rácio é obtido da seguinte maneira:

$$\frac{1}{\frac{x_t}{x_0}} * 100 \quad (1)$$

Foi atribuída a mesma ponderação a cada domínio, ou seja, cada domínio contribui com o mesmo peso para a construção IBE, independentemente do número de variáveis que integra, pois não é possível dispor de um racional para diferenciar quantitativamente a importância relativa dos domínios (INE de Portugal, 2009). No entanto, um domínio que tenha uma

relevância menor acaba por ter a mesma ponderação do que um com maior expressão. Relativamente aos índices compósitos usados para chegar ao IBE global Reis (2009) afirma que permitem agregar num só valor itens expressos em diferentes unidades de medida. O índice global foi obtido através da média aritmética simples, dos 7 índices de domínio (bem-estar económico, vulnerabilidade económica, trabalho, saúde, educação, segurança pessoal e água, saneamento e energia); os índices das duas perspetivas, condições materiais de vida e qualidade de vida, foram obtidas pela média aritmética simples dos índices dos domínios contida em cada perspetiva e por último, os índices de cada domínio é conseguido pela média aritmética simples do valor dos índices associados aos indicadores incluídos nesse domínio.

### **3: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TURISMO E DO BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO DE CABO VERDE**

Neste capítulo vamos analisar a evolução do turismo em Cabo Verde bem-estar social, sendo que, pretende-se encontrar uma representação sobre a evolução da procura e da oferta turística em Cabo Verde, analisar o impacto do turismo na economia e desenvolvimento económico em Cabo Verde, com base em indicadores económicos como o PIB, balança corrente e PIB per-capita. É igualmente importante fazer uma análise ao crescimento da população, muito relevante na tomada de decisões a nível das políticas públicas e, por último, serão apresentados os resultados do cálculo do IBE (índice de bem-estar) e a respetiva análise dos seus domínios. Os dados utilizados foram recolhidos a partir de informação disponibilizada no INE, Ministério das Finanças, MSSS, ODM, OMT, WTTC (*World Travel & Tourism Council*).

#### **3.1 Procura e Oferta Turística em Cabo Verde**

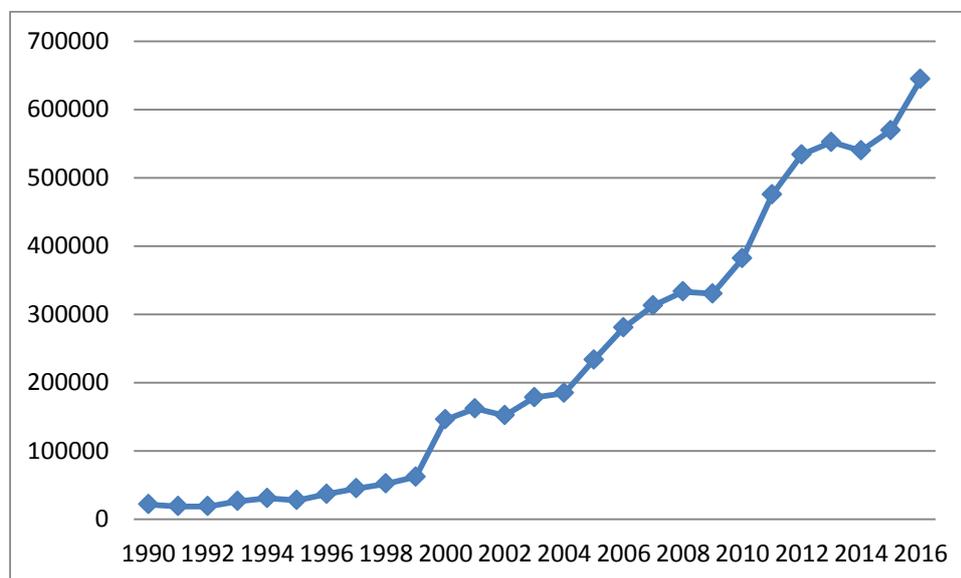
De acordo com Cunha (1997), do ponto de vista económico a procura total do turismo é composta pela procura correspondente do turismo feita por nacionais e por estrangeiros, embora a procura turística não seja fácil de medir pelo fato de se diluir na procura de outros sectores produtivos, principalmente quando se trata da procura interna. A oferta turística é o conjunto de fatores naturais, equipamentos, bens e serviços que provocam a deslocação de visitantes, que procuram satisfazer as suas necessidades de deslocação e de permanência, e sejam exigidos por essa necessidade.

##### **3.1.1 Procura Turística**

O turismo tem assumido um papel preponderante enquanto principal sector a impulsionar o desenvolvimento de Cabo Verde, porém, nem sempre foi assim. Em 1960 ocorre a construção do aeroporto internacional na ilha do Sal, mas o facto mais marcante para o turismo acontece em 1967, com a construção da primeira pousada no Sal, denominada Pousada Morabeza (hoje um hotel com o mesmo nome). Este último terá despoletado, sobremaneira, o arranque do turismo na ilha do Sal, particularmente o turismo balnear e de desportos náuticos, ainda que esta prática não tivesse um peso substancial na economia do país e nem fosse, portanto,

considerada uma prioridade, (Plano estratégico para desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, 2010-2013).

**Gráfico 1: Evolução da procura turística em Cabo Verde (1990-2016)**



**Fonte:** 1990 – 1999 (Santos 2009) /2000-2016 (INE - Turismo)

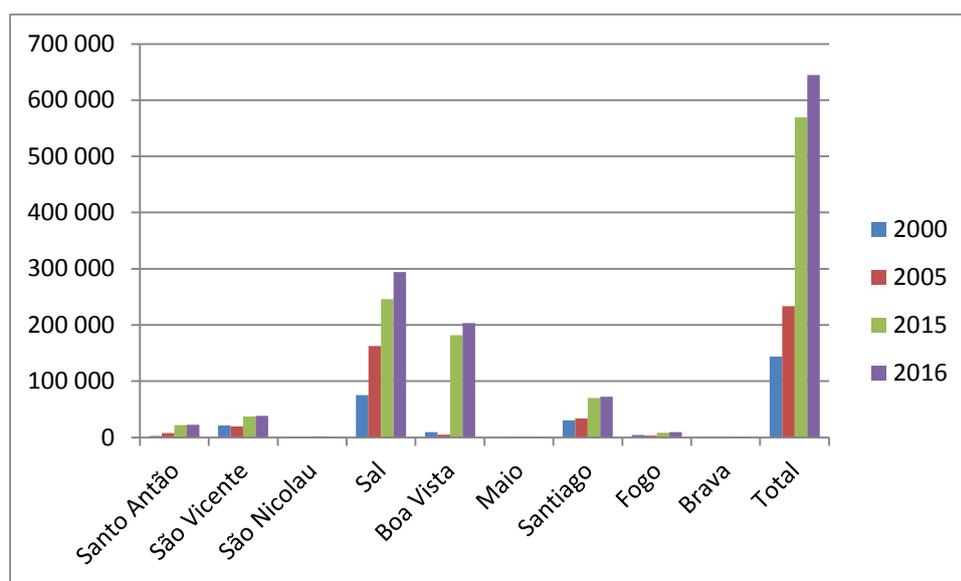
A análise do gráfico 1 permite observar que o setor turístico começou a evoluir depois dos anos 90 e a acentuar-se visivelmente a partir do ano 2000, pois em 1991 foram verificados alguns estímulos para a promoção do setor turístico, uma vez que economia Cabo-verdiana se abria ao investimento externo. Logo depois, a imobiliária turística arrancou na ilha do Sal, num primeiro momento alavancada por investidores Italianos e nacionais e depois por portugueses, espanhóis e ingleses, igualmente seduzidos pelo crescente fenómeno de visibilidade da cantora *Cesária Évora*, (Plano estratégico para desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, 2010-2013). Desde o ano 2000 até 2016 o turismo vem apresentando uma média de crescimento em torno dos 10%, uma vez que de 2000 a 2016 a procura turística cresceu aproximadamente 441%, tendo registado um crescimento positivo em quase todos os anos, à exceção dos anos 2002 (-6,2%), 2009 (-0,9%) e 2014 (-2,3%).

Entre 2008 e 2009 foi registado um enfraquecimento das taxas de crescimento, resultante da recente crise financeira global que provocou uma diminuição do fluxo de turistas e investimentos, do pânico causado pelo vírus da ébola, que mesmo não tendo atingido Cabo Verde, atingiu alguns países vizinhos da África Ocidental, a reconquista da estabilidade política e social por parte de alguns destinos concorrenciais do Norte de África, o aumento da carga fiscal no setor, a introdução da taxa turística e também a fraca diversidade da oferta turística. (Governo de Cabo Verde, 2012; Banco Mundial, 2013; BCV,2014), não obstante

foram os anos 2005 e 2011 que registaram maior crescimento, nomeadamente 26,4% e 24,5%.

No entanto, o fluxo de turistas não é linear em todas as ilhas, normalmente concentram-se nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago e São Vicente.

**Gráfico 2: Evolução do número de hóspedes por ilha (2000 - 2016)**

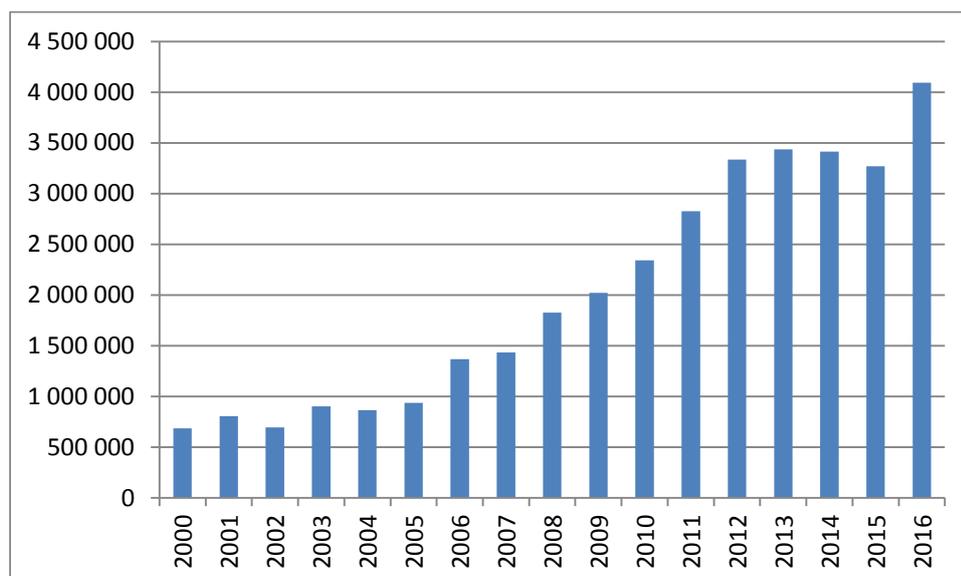


**Fonte:** INE - Turismo

Como se pode verificar no gráfico 2, as ilhas que absorvem mais de 90% desse fluxo normalmente, têm sido sempre as mesmas, sendo que, o ano 2000 a ilha de Sal absorvia o maior fluxo com 52,1%; Santiago 21,2%; São Vicente com 14,6% e Boavista com 6,5% e, em 2016 continuam a ser as mesmas, Sal com 45,6%; Boa Vista 31,6%, Santiago 11,2% e São Vicente 6%.

As restantes ilhas permaneceram com percentagens inferiores, um desequilíbrio resultante das ligações aéreas e marítimas entre as ilhas (insuficiência de ligações, preços elevados, desarticulação entre horários com impacto no tempo morto gasto em viagens, etc.), da insuficiência de infraestruturas turísticas em algumas ilhas e da deficiente promoção de todas as ilhas de forma integrada e complementar, (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010/2013).

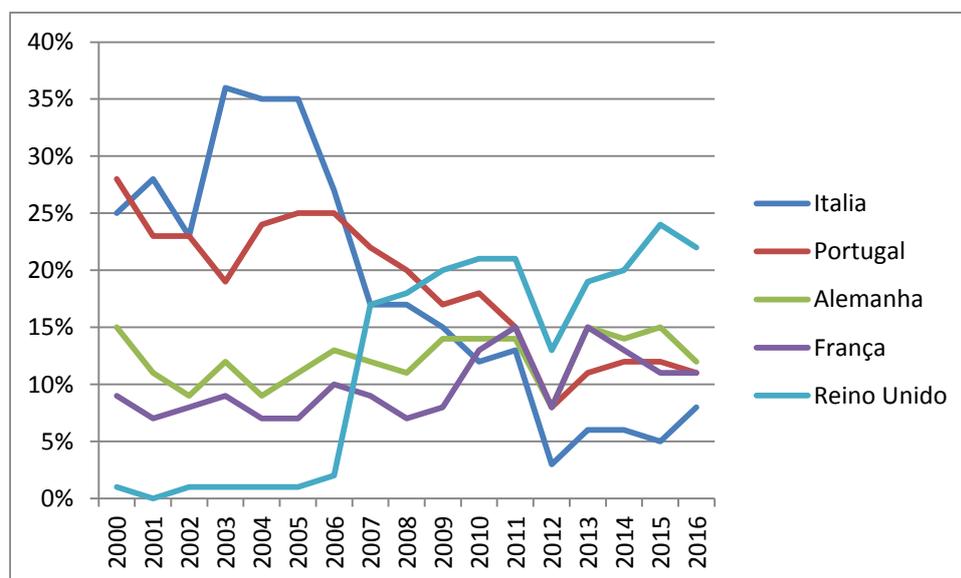
**Gráfico 3: Evolução do número de dormidas (2000 - 2016)**



**Fonte:** INE - Turismo

A evolução do aumento de turistas encontra-se naturalmente vinculado ao aumento do número de dormidas, que foi de 4.092.551 em 2016, um aumento que se acredita estar também concentrado nas ilhas que apresentaram maior procura turística, conforme apresentado no gráfico 3.

**Gráfico 4: Evolução dos principais países emissores de turistas, em % das entradas (2000 - 2016)**



**Fonte:** INE – Turismo

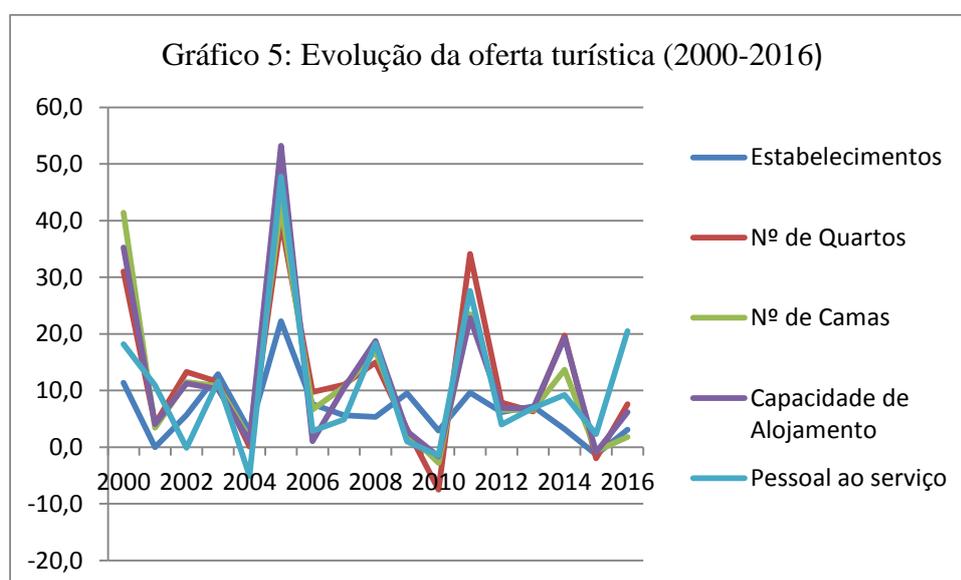
Conforme evidenciado no gráfico 4, acredita-se que Portugal, Reino Unido, Itália, Alemanha e França, sejam os principais países emissores de turistas, embora desde 2006 a Itália e Portugal tenham diminuído a sua participação, de 25% e 28% no ano 2000, para apenas 8% e

11% em 2016 respetivamente. Por outro lado, tem sido possível observar uma maior proveniência por parte do Reino Unido, que aumentou de 1% para 22% em 2016.

### 3.1.2 Evolução da Oferta Turística

O turismo de sol e mar é o principal produto turístico de Cabo Verde, que oferece ainda outros produtos turísticos como: o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo desportivo e o turismo de negócios e eventos.

**Gráfico 5: Evolução da oferta turística (2000 - 2016)**



**Fonte:** INE – Turismo

No que tange aos bens e serviços, a oferta turística tem prosperado numa dinâmica de crescimento que compreende quase todas as ilhas, embora as ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente tenham particularmente maior destaque. De 2000 a 2016, o número de estabelecimentos aumentou 165%, o número de quartos 378%, o número de camas 310% e a capacidade de alojamento 365%, sendo que o sector tem absorvido cada vez mais pessoal, de 320%, sobretudo nas do Sal e da Boavista, conforme o gráfico 5.

**Tabela 2: Evolução do saldo de resposta sobre a satisfação dos turistas em relação aos bens e serviços, Cabo Verde (2011 - 2017)**

<b>Bens e Serviços</b>	2011	2014	2015	2016	2017
Serviço de alojamento	79,1	84,6	85,9	85,9	89,5
Restaurantes e bares	71,3	74,6	78,4	78,4	82,7
Discotecas	45,7	45,4	44,5	44,5	63,4
Excursões	69,9	72,7	77,7	77,7	83,6
Transportes públicos	52,7	59,9	66,2	66,2	75,1
Aluguer de viaturas	57,8	58,7	60,2	60,2	69,4
Transportes aéreos	57,4	56,4	61,7	61,7	76,7
Artesanato/Souvenirs	39,2	60,8	56,1	56,1	69,0
Atividades desportivas	66,8	77,2	80,5	80,5	84,0
Avaliação Global	59,3	67,0	68,4	68,4	92,6

Fonte: INE: Inquérito aos gastos e Satisfação do Turistas, 2017

No que diz respeito ao nível de satisfação dos turistas, de acordo com o último inquérito aos gastos e satisfação dos turistas, publicada pelo INE, que consiste numa avaliação que é feita numa escala de 1 a 5, onde 1 significa uma avaliação muito má e 5 uma avaliação excelente, registou-se uma evolução muito boa, conforme elucidada na tabela 2, que indica 92,6% de respostas satisfatórias em 2017, contra 59,3% verificadas em 2011. Nota-se, que a satisfação dos turistas é maior no que tange ao serviço de alojamento, restaurantes e bares, excursões e atividades desportivas do que a nível dos transportes, discotecas e artesanato/ souvenirs. Uma avaliação dessa natureza é de extrema importância, uma vez que, permite maximizar benefícios e reduzir consequências negativas no planeamento do turismo (Cañizares *et al*, 2016).

**Gráfico 6: Distribuição percentual dos turistas segundo a intenção de regressar e recomendar Cabo Verde como destino turístico**



Fonte: INE: Inquérito aos gastos e Satisfação do Turistas, 2017

Da análise ao gráfico 6 é evidente a intenção dos turistas de regressar ou recomendar Cabo verde como destino turístico, sendo que 97% dizem que recomendariam e 91,9% dizem que regressariam a Cabo Verde. Para Cañizares *et al* (2016:968), “ a imagem de um destino é um elemento importante a considerar no planeamento do turismo, dado que os gastos dos visitantes tem um grande impacto na economia local e uma perceção positiva de um destino estimula estadias mais longas e mais gastos”. Esses dados são motivadores para que se considere um maior nível de investimento e promoção turística em Cabo Verde.

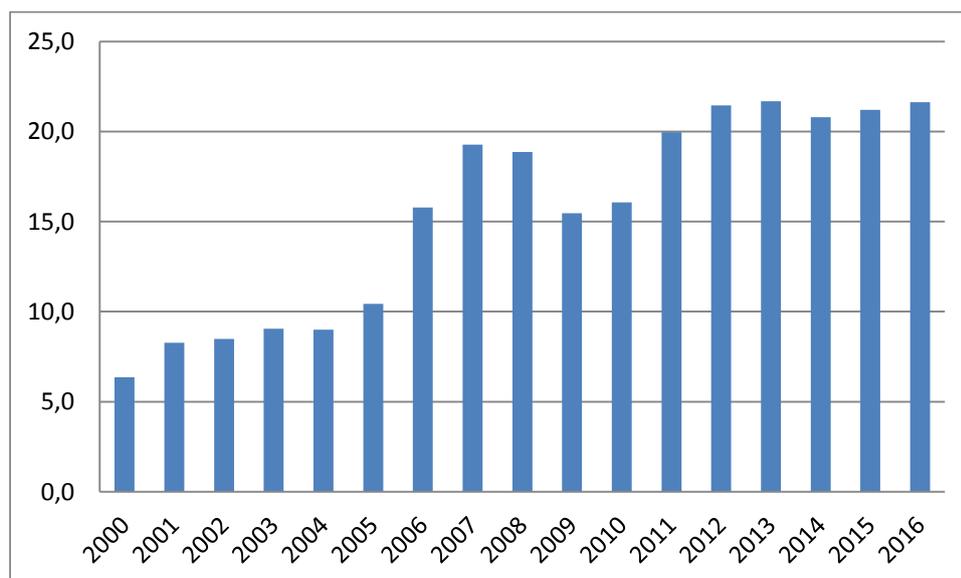
### 3.2 Impacto do Turismo na Economia

É notório o desenvolvimento do turismo a nível mundial e a sua inegável contribuição para economia e, neste caso, Cabo Verde, não é exceção, na medida em que, o turismo tem-se afirmado como um dos motores da economia nacional. A competitividade do turismo no país, com base no índice da competitividade turística divulgado pela WTTC<sup>2</sup>, que compreende quatro subíndices, 14 pilares e 90 indicadores individuais, distribuídos entre os diferentes pilares, evidencia esta evolução, sendo que, Cabo Verde em 2010 ocupava a posição 117 (de entre 139 países) e em 2016 já ocupou a posição de 83 (de entre 136),

---

<sup>2</sup> Ver gráfico em anexo 2

**Gráfico 7: Evolução das receitas brutas de turismo, em % do PIB (2000- 2016)**



**Fonte:** BCV – Principais Indicadores Macroeconómicos

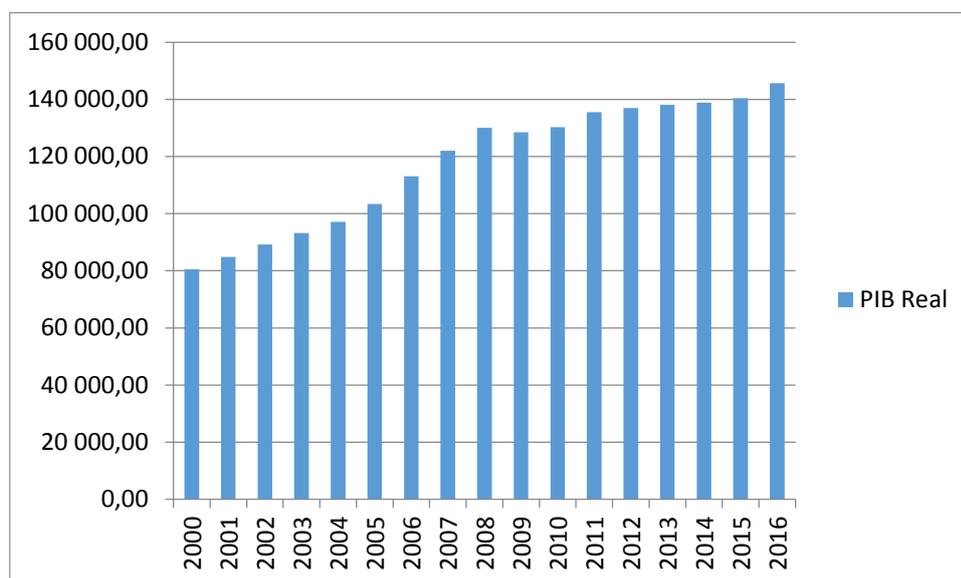
No gráfico 7 podemos constatar o impacto positivo do turismo no PIB sendo que, no período de 2000 a 2016, de 6,4% para 21,6%, ainda que se tenha observado um escasso período de declínio, resultante da crise económica na Europa, que enfraqueceu o crescimento das taxas entre 2008 e 2009. Diante da dependência de Cabo Verde face à conjuntura internacional é natural que haja flutuações dessa natureza.

### **3.3 Desenvolvimento Económico**

Para analisar o desenvolvimento económico de Cabo Verde serão analisados os seguintes indicadores: PIB, balança corrente e PIB per capita.

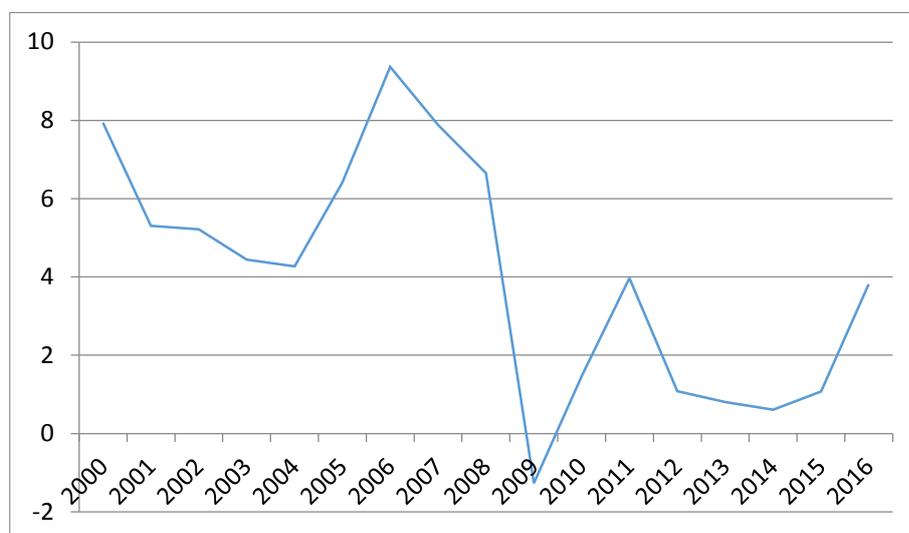
### 3.3.1 PIB

**Gráfico 8: Evolução do PIB Real (2000 - 2016)**



**Fonte:** INE – Contas Nacionais e Anuário Estatístico (2015 e 2016)

**Gráfico 9: Evolução da taxa de variação do PIB Real (2000 - 2016)**



**Fonte:** BCV - Principais Indicadores Macroeconómicos

Em virtude da escassez de recursos naturais e da grande vulnerabilidade externa pode-se acrescentar que a situação económica do país é estável. Quer o PIB real, quer o nominal têm apresentado uma evolução positiva. No ano 2000 o PIB real era de 80 516,41 milhões de escudos e em 2016 atingiu os 145 642,39 milhões de escudos (gráfico 8) enquanto o PIB nominal de aumentou de 75 857 milhões de escudos para 161 242 milhões de escudos (tabela 3), sendo o setor dos serviços o que mais tem contribuído para essa evolução. No período de

2000 a 2016, o PIB real tem vindo a apresentar um crescimento positivo, embora em 2009 tenha sido negativo, como resultado da crise económica e, desde então tem vindo a crescer em taxas bem menores do que as verificadas antes de 2009, embora em 2016 tenha apresentado um crescimento de 3,8%, evidenciando que a economia está a melhorar, conforme indicado nos gráficos 8 e 9.

**Tabela 3: PIB a Preços Correntes (2000 /2016)**

	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>Var(%)</b>
<b>Setor Primario</b>	<b>10819</b>	<b>14,3</b>	<b>13932</b>	<b>8,6</b>	<b>29</b>
Agricultura	9 320	12,3	12341	7,7	32
Pesca	1 359	1,8	898	0,6	-34
Indústrias Extrativas	140	0,2	693	0,4	395
<b>Setor Secundario</b>	<b>16 534</b>	<b>21,8</b>	<b>27178</b>	<b>16,9</b>	<b>64</b>
Indústrias Transformadoras	5 574	7,3	11281	7,0	102
Eletricidade e Água	4 658	6,1	3795	2,4	-19
Construção	6 302	8,3	12102	7,5	92
<b>Setor Terciario</b>	<b>54 706</b>	<b>72,1</b>	<b>98778</b>	<b>61,3</b>	<b>81</b>
Comércio e Reparação	8 410	11,1	16737	10,4	99
Transportes	7 207	9,5	13599	8,4	89
Hotéis e Restaurantes	1 313	1,7	9460	5,9	620
Serviços de Informação e Comunicação	3 883	5,1	5095	3,2	31
Serviços Financeiros e Seguros	2 200	2,9	6839	4,2	211
Atividades Imobiliárias e Outros Serviços	6 601	8,7	16293	10,1	147
Serviços às Empresas	795	1,0	3340	2,1	320
Administração Pública	9 928	13,1	27415	17,0	176
VAB	67 690	89,2	139888	86,8	107
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	<b>8 167</b>	<b>10,8</b>	21354	13,2	161
<b>PIB</b>	<b>75 857</b>	<b>100</b>	<b>161242</b>	<b>100</b>	<b>113</b>

**Fonte:** INE – Contas Nacionais e Anuário Estatístico (2015 e 2016)

Em termos nominais pode-se verificar que a estrutura do PIB permanece a mesma desde o ano 2000, de acordo com a tabela 3, em que o setor terciário lidera, seguido pelo sector secundário e por último pelo setor primário. O setor primário cresceu 29% entre 2000 a 2016 mantendo-se na 3ª posição, embora com uma redução da sua percentagem no PIB total, que passou de 14,3% em 2000 para 8,6% em 2016.

Relativamente ao sector secundário, notou-se um crescimento de 64% de 2000 a 2016, estimulado pelas indústrias transformadoras e pela construção que registaram um aumento de 102% e 92%, em contrapartida da eletricidade e da água que decresceram 19%.

O setor terciário, que tem maior peso na economia cabo-verdiana, cresceu 81% entre 2000 a 2016, impulsionado em grande parte pelos hotéis e restaurantes que tiveram um crescimento em torno dos 620% e uma contribuição no setor equivalente a 5,9% em 2016, contra os onde 1,7% registados no ano 2000.

Com base nesta análise pode-se depreender que a tendência é a de que o setor terciário continue liderando a economia cabo-verdiana, uma vez que, é o setor que mais cresceu no período (2000-2016) e também pelo fato de que os setores primário e secundário não têm acompanhado essa tendência de crescimento. É importante realçar ainda que o crescimento do setor terciário está diretamente ligado ao crescimento do turismo, uma vez que foi o domínio que mais crescimento apresentou no período e tudo aponta para que continue crescendo, na medida que a procura turística tem registado uma média de crescimento em torno dos 10% de 2000 a 2016. É por essa razão que os decisores políticos têm encarado o turismo como sendo o principal setor no desenvolvimento de Cabo Verde, fazendo todo o sentido os debates realizados em torno do tema, bem como a elaboração de importantes planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde.

**Tabela 4: PIB a Preços Correntes (%), por ilha (2007- 2015)**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Santo Antão	6,7	6,5	6,7	6,6	6,5	6,2	6	6	5,6
São Vicente	16,1	16,3	16	16,3	16,2	15,2	15,4	16	15,9
São Nicolau	2,2	2,3	2,5	2,4	2,3	2,1	2,1	2,1	1,9
Sal	12,8	13,1	11,2	11,4	11,1	10,8	10,4	10,4	10,5
Boavista	2,5	2,8	3,6	4,3	4,3	5,2	5,1	5	4,3
Maio	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1	1
Santiago	52,3	51,6	52,8	51,9	52,1	53,2	54,1	53,8	54,9
Fogo	5,2	5,1	5,1	4,8	5,2	5,2	4,9	4,8	5
Brava	1	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8
Cabo Verde	100	100	100	100	100	100	100	100	100

**Fonte:** INE - Anuário Estatístico (2015 e 2016)

Como se pode verificar na tabela 4, a ilha de Santiago, a maior e a mais populosa do arquipélago, detém mais do que 50% do PIB de Cabo Verde, seguida de São Vicente, a segunda ilha mais populosa, e do Sal, onde o desenvolvimento turístico contribui bastante para o PIB do país. Na sequência aparecem Santo Antão que é a segunda maior ilha, Fogo e Boavista, com maior número de turistas e finalmente São Nicolau, Maio e Brava que são as que contribuem menos para o PIB. Porém é importante realçar o crescimento da ilha da Boavista, com maior percentagem de crescimento nesse período, tendo em conta o aumento do fluxo de turistas na ilha.

### 3.3.2 PIB Per capita

**Tabela 5: Evolução do PIB per capita (em ECV), por ilha (2007 – 2016)**

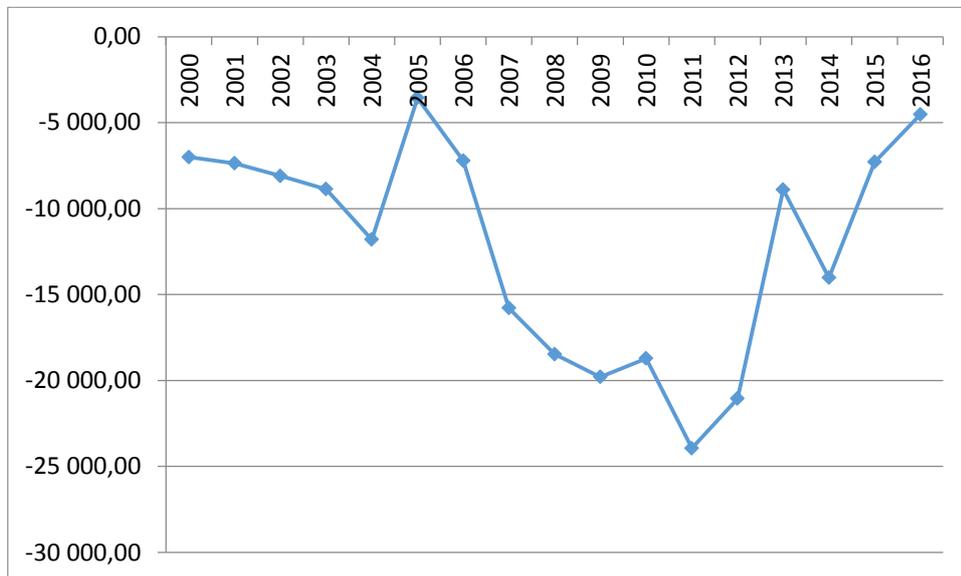
PIB percapita	2001	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	155,938	181,265	280,481	295,890	297,147	300,139	297,870	302,381
Santo Antão	n.a	n.a	207,031	222,463	218,479	220,754	226,79	221,06
São Vicente	n.a	n.a	296,14	310,318	292,437	298,107	307,561	312,391
São Nicolau	n.a	n.a	254,574	267,408	247,248	251,85	264,177	250,749
Sal	n.a	n.a	610,194	595,209	558,758	523,864	498,558	495,827
Boavista	n.a	n.a	654,273	622,722	697,162	637,904	575,09	468,225
Maio	n.a	n.a	256,45	275,739	269,85	259,378	233,294	203,553
Santiago	n.a	n.a	261,399	276,459	282,865	290,601	286,019	296,222
Fogo	n.a	n.a	179,844	208,936	214,163	207,005	206,444	222,146
Brava	n.a	n.a	202,219	229,865	211,311	209,532	226,168	228,598

**Fonte:** INE - Anuário Estatístico (2015 e 2016)

Relativamente ao PIB per capita, indicado na tabela 5, nota-se que desde 2001 tem vindo a crescer de uma forma generalizada, embora em 2014 tenha apresentado uma ligeira diminuição. As ilhas do Sal e da Boavista apresentam valores superiores à média nacional, embora têm vindo a decrescer nos últimos anos, em virtude do aumento da população nessas ilhas. Excetuando os anos 2012 e 2013, São Vicente também já registou um PIB per capita superior à média do país, porém as demais permanecem com um PIB per capita abaixo da média nacional. Nota-se que as ilhas que apresentam um maior PIB per capita são as que apresentam um maior desenvolvimento turístico.

### 3.3.4 Balança Corrente

Gráfico 10: Evolução da Balança Corrente (2000 - 2016)



Fonte: Ministério de Finanças de Cabo Verde

Cabo Verde possui uma balança corrente deficitária, como se pode ver no gráfico 10, resultante de um desequilíbrio comercial crónico, pois os recursos naturais são escassos e a economia é financiada maioritariamente pelas remessas dos emigrantes e receitas do turismo nos últimos anos, o que por outro lado faz com que a produção da economia seja fraca e pouco diversificada. Dessa forma, o país fica bastante dependente da importação, sobretudo com o crescimento do turismo, que estimula naturalmente o volume das importações.

### 3.4 População

**Tabela 6: Evolução da população residente em Cabo Verde (1990 - 2016)**

	1990	2000	2010	2015	2016
<b>Cabo Verde</b>	339176	434625	491875	524623	530931
Urbano	150599	234368	303979	343556	355764
Rural	188617	200257	187896	181067	175167
<b>Ilhas</b>					
Santo Antão	43760	47170	43915	40457	39922
São Vicente	50478	67163	76140	81014	81862
São Nicolau	13649	13647	12817	12424	12341
Sal	7514	14816	25779	33746	35267
Boavista	3437	4209	9162	14451	15533
Maio	4962	6754	6952	6840	6828
Santiago	174585	236631	274044	294146	297901
Fogo	33822	37431	37071	35847	35639
Brava	6969	6804	5995	5698	5638

**Fonte:** INE - Estatísticas das Famílias e condições de vida – Inquérito Multiobjetivo contínuo 2016

Conforme elucida a tabela 6, a população de Cabo Verde tem crescido de forma sistemática, porém encontra-se concentrada maioritariamente na ilha de Santiago (capital-cidade da praia), mas também em São Vicente, Santo Antão e Fogo, embora as ilhas do Sal e da Boavista têm apresentado um acréscimo populacional que se deve em grande parte ao crescimento do sector do turismo.

Em 1990, a população residente em Cabo Verde atingia os 339176 habitantes, sendo que 52% eram mulheres e 48% homens, num momento em a população crescia a um ritmo deveras acelerado, que afrouxou apenas a partir do ano 2000.

O afrouxamento das taxas aparece como resultado do decréscimo do índice sintético de fecundidade, dos progressos no domínio da saúde reprodutiva, da distribuição em todo território nacional dos métodos contraceptivos, campanhas de sensibilização da importância da contraceção e do aumento do nível de escolaridade das mulheres.

As taxas de crescimento anual natural têm sido positivas na maior parte das ilhas com exceção de Santo Antão e São Nicolau, que apresentam maior incidência do desemprego e, portanto, nota-se um escoamento em massa dos mais jovens, para as ilhas do Sal e da Boavista, pela empregabilidade aparente proporcionada pelo turismo, ou para o estrangeiro.

Não obstante, nas ilhas do Maio, Fogo e Brava também se nota uma intensificação do escoamento populacional.

Em termos da estrutura etária, a população cabo-verdiana é considerada uma população jovem, pelo que o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos de idade representava 27,1 % do total da população residente em 2016; o número de pessoas entre os 15 aos 24 anos equivalia a 19,3% do total da população; entre os 25 e os 34 anos o número chegava a 19,4% do total da população; dos 35 aos 64 o número de pessoas correspondia a 28,3%; enquanto idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) eram 5,9% do total (Estatísticas das famílias e condições de vida – Inquérito multiobjectivo contínuo 2016, 2017). É possível depreender que a tendência para o envelhecimento nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau é maior, uma vez que em 2016 a população com idade igual ou superior a 65 anos representava os 11,4%.

Relativamente ao género, a população feminina foi a que sempre teve maior peso na população Cabo-verdiana, mas desde 2015 a população masculina tem sido superior, uma vez que em 2016 a população masculina era de 50,1% enquanto a feminina ficava um pouco atrás com 49,9% (Estatísticas das famílias e condições de vida – Inquérito multiobjectivo contínuo 2016, 2017).

**Tabela 7: Evolução dos agregados familiares (1990 – 2016)**

	1990	2000	2010	2015	2016
<b>Cabo Verde</b>	67619	93975	116873	138948	140685
<b>Ilhas</b>					
Santo Antão	8 414	10 193	10 085	11 033	11 339
São vicente	10 014	15639	19801	24287	25007
São Nicolau	4 353	3 153	3 318	3 676	3 791
Sal	740	3662	6765	9549	10153
Boavista	740	1105	2570	4883	5035
Maio	1059	1614	1883	2017	2090
Santiago	34 961	49 492	62 492	72 397	73 080
Fogo	6 610	7 521	8 375	9 272	8 638
Brava	1468	1596	1584	1834	1553

**Fonte:** INE - Estatísticas das Famílias e condições de vida – Inquérito Multiobjectivo contínuo 2016

Conforme indicado na tabela 7, os agregados familiares aumentaram de 93975 em 2000 para 140685 em 2016. Em 2016 o número médio de pessoas por agregado familiar era de 3,6 pessoas, a maioria dos agregados familiares era representado por homens, mais precisamente 52,4%, as famílias do meio rural (3.9) são mais numerosas do que as do meio urbano (3.5).

Desde a independência em 1975, Cabo Verde tem registado uma série de progressos a nível da saúde, com destaque para a construção de infraestruturas, progressos a nível da saúde reprodutiva, ampliação da rede de cuidados primários. A política nacional de saúde formulada em 2007, também veio contribuir para o aumento na qualidade do serviço nacional da saúde, garantindo aos cidadãos cuidados de saúde adequados às suas necessidades.

**Tabela 8: Evolução da taxa Bruta de Natalidade, em % (1990 -2016)**

	1980	1990	2000	2010	2016
<b>Cabo Verde</b>	35,8	40,5	29,3	21,7	20,1

Fonte: INE – Análise de Fecundidade - Censo 2010 e Anuário estatístico 2016

Conforme ilustrado na tabela 8, a taxa de natalidade tem vindo a decrescer, tendo diminuído de 40,5% em 1990 para 20,1% em 2016 o que evidencia uma transição demográfica, ou seja, essa diminuição tem contribuído para o decréscimo das taxas de crescimento da população verificado no período de 2000 a 2016, associado também à uma baixa da taxa de mortalidade.

**Tabela 9: Evolução do IDH (1990 – 2016)**

	1990	2000	2010	2015	2016
<b>Cabo Verde</b>	0,479	0,573	0,620	0,646	0,648

Fonte: PNUD

No que concerne ao índice de desenvolvimento humano em Cabo Verde, o mesmo tem vindo a aumentar, conforme ilustrado na tabela 9, sendo que em 1990 era de 0,479, passando para 0,573 em 2000 e em 2016 atingiu os 0,648, o que permitiu que Cabo Verde ocupasse a 122<sup>a</sup> posição no ranking de acordo com o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o primeiro da lista dos países Africanos da CPLP, e o terceiro da lista dos países da CPLP, precedido apenas por Portugal (41º) e Brasil (79º). A Noruega é o país com o maior IDH DE 0,949, precedido pela Austrália e Suíça, enquanto a República Centro-Africana é o país com o pior resultado.

O índice de Desenvolvimento Humano é elaborado pela PNUD com base na avaliação de uma série de indicadores, como a esperança média de vida, os níveis de educação e rendimentos, entre 188 países e é publicado no seu relatório anual. Este índice varia entre 0 e 1, quanto mais próximo estiver de 1, mais desenvolvido será o país.

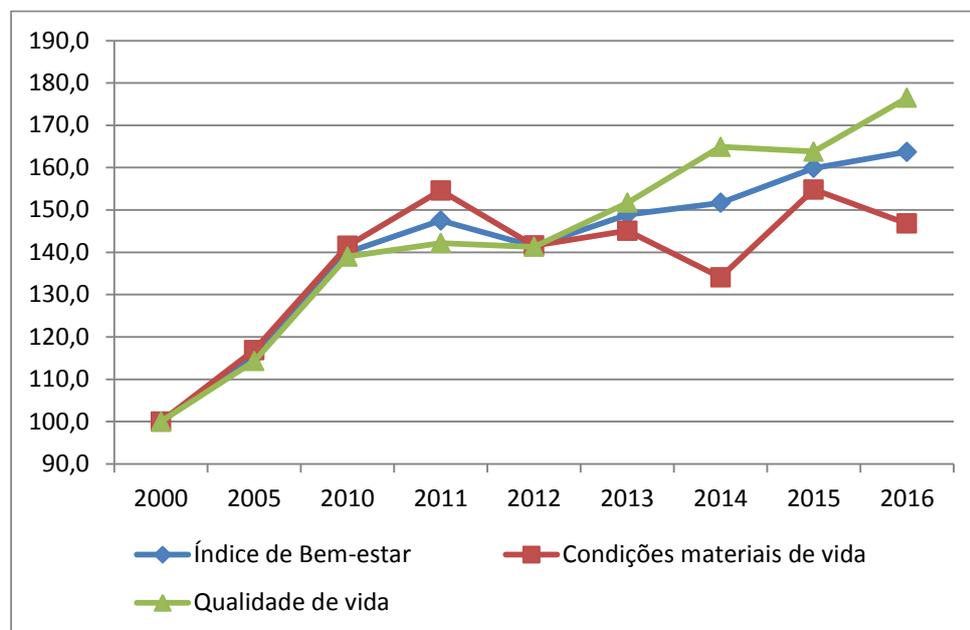
### 3.5 Índice de Bem-estar

Tabela 10: Índice de bem-estar global, por perspectiva e domínios (2000=100)

Indicadores	Índices										Taxa de variação
	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2000-2016	
<b>Condições materiais de vida</b>	<b>100,0</b>	<b>116,9</b>	<b>141,5</b>	<b>154,6</b>	<b>141,6</b>	<b>145,1</b>	<b>134,1</b>	<b>154,8</b>	<b>146,8</b>	<b>46,8%</b>	
Bem-estar económico	100,0	161,8	176,2	213,1	188,0	197,5	166,5	225,4	205,7	106%	
Vulnerabilidade económica	100,0	106,5	132,2	136,4	139,3	140,9	138,4	126,4	130,0	30,0%	
Trabalho	100,0	82,4	116,0	114,4	97,5	96,9	97,3	112,6	104,5	4,5%	
<b>Qualidade de vida</b>	<b>100,0</b>	<b>114,3</b>	<b>139,0</b>	<b>142,2</b>	<b>141,3</b>	<b>151,7</b>	<b>164,9</b>	<b>163,8</b>	<b>176,5</b>	<b>76,5%</b>	
Saúde	100,0	102,2	99,1	98,4	99,8	103,0	131,2	118,4	133,4	33,4%	
Educação	100,0	137,6	187,5	207,1	201,4	220,4	240,7	233,6	262,4	162,4%	
Segurança pessoal	100,0	96,3	93,7	79,9	69,5	84,4	85,7	95,5	92,2	-7,8%	
Água, saneamento e energia	100,0	121,2	175,5	183,2	194,3	198,9	202,0	207,6	217,8	117,8%	
<b>Índice de Bem-estar</b>	<b>100,0</b>	<b>115,4</b>	<b>140,0</b>	<b>147,5</b>	<b>141,4</b>	<b>148,9</b>	<b>151,7</b>	<b>159,9</b>	<b>163,7</b>	<b>63,7%</b>	

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 11: Índice de bem-estar global e por perspectiva (2000=100)



Fonte: Elaboração da autora

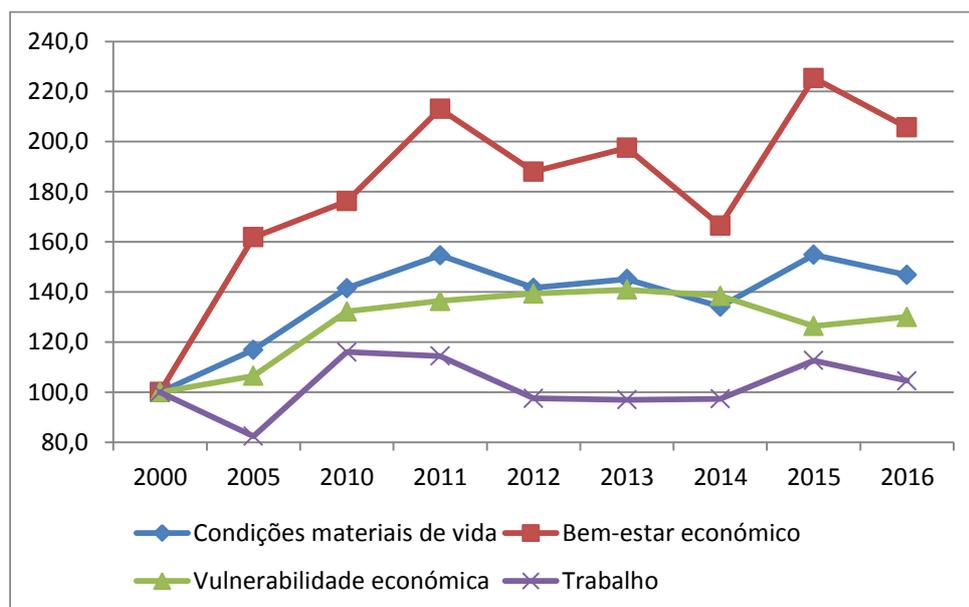
Da análise global do IBE (ver Tabela 10 e Gráfico 11), verifica-se uma evolução positiva em quase todos os anos, exceto no ano 2012, ano em que o desemprego aumentou significativamente, a poupança pública e o consumo público diminuíram e também houve um aumento significativamente da criminalidade no país. Ainda de acordo com o BCV, no seu relatório do estado da economia de Cabo Verde (2013), a economia do principal parceiro externo, a Área do Euro, ainda ressentia as consequências da severa crise financeira em 2012, o que fez com que houvesse uma redução dos influxos do investimento direto estrangeiro (desde 2009), da exportação de bens, da ajuda pública ao desenvolvimento, também houve

uma redução das remessas dos imigrantes para o apoio familiar e para o investimento e a elevação de Cabo Verde a um país de desenvolvimento médio, em 2008, acabou por influenciar o abrandamento da economia. No período, 2000-2016, a variação média anual do IBE foi de 6,5%, o que significa que o IBE cresceu de forma exponencial, pois, de 2000 a 2016 a taxa de variação foi de 62,8%, de acordo com a tabela 10.

Ainda com base na tabela 10 e no gráfico 11 pode-se verificar que ao longo desse período as condições materiais de vida e a qualidade de vida, calculadas através de índices compósitos, não evoluíram da mesma maneira. Até 2012 evoluíram em paralelo, registando-se uma evolução positiva nas duas perspetivas até 2011, principalmente pela evolução positiva nos domínios do bem-estar económico, da educação e do domínio água, saneamento e energia. Em 2012 houve uma redução desses dois domínios, principalmente no domínio condições materiais de vida, que desvalorizou 13 pontos percentuais face ao ano 2011, enquanto o domínio qualidade de vida apontava para uma desvalorização menos significativa de 0,9 pontos percentuais. Tendo a qualidade de vida descolado a partir de 2013, continuando a sua evolução positiva, resultado do forte investimento do governo na melhoria da qualidade de vida da população, já o domínio condições materiais de vida apresentou oscilações nesse período, valoriza-se no ano 2013, depois a uma queda em 2014, recupera-se em 2015 mas volta a desvalorizar em 2016, como consequência da diminuição do domínio bem-estar no ano 2014 e 2016 e nos domínios vulnerabilidade económica e trabalho, no ano 2014, devido ao abrandamento da economia e das várias fragilidades inerentes ao país.

De uma forma geral o domínio qualidade de vida contribuiu mais para o aumento do IBE, com uma variação de 76,5% de 2000 a 2016, do que o domínio condições materiais de vida que foi de 46,8%.

**Gráfico 12: IBE: Condições materiais de vida e os seus respetivos domínios (2000=100)**



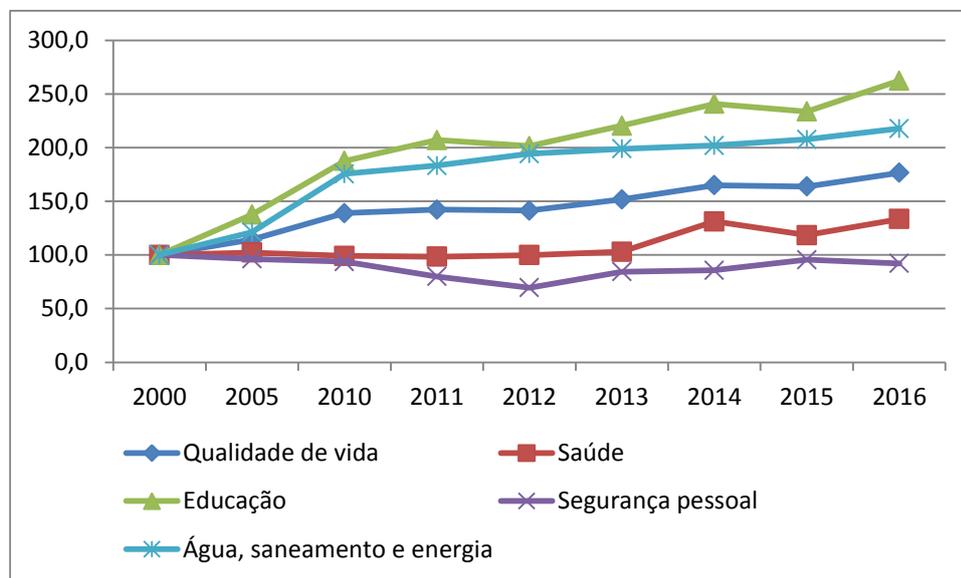
Fonte: Elaboração da autora

Através do gráfico 12, pode-se verificar que as condições materiais de vida contribuíram positivamente para o aumento do índice bem-estar. Em 2011 o índice atingiu os 146,8, embora tenha reduzido para os 141,6 em 2012, devido a descida dos domínios bem-estar económico e trabalho. Apesar de ter recuperado em 2013, voltou a cair em 2014, novamente pela queda dos domínios que entram na sua composição. Depois de uma breve recuperação em 2015, voltou a cair em 2016, pela descida nos valores do domínio do bem-estar económico. Nota-se que o domínio trabalho é o que menos contribuiu para a evolução das condições materiais de vida, apresentando uma taxa de variação 4,5% entre 2000 a 2016, em virtude das dificuldades apresentadas pelo país na absorção da população ativa, pois, as próprias características do país influenciam esse panorama, em particular, pelo fato de ser um país insular, de ter fraca capacidade produtiva, uma economia pouco diversificada, elevada rigidez laboral e constrangimentos organizacionais e infraestruturais, como indica o BCV (2014).

De acordo com o sétimo relatório do Índice de Competitividade de Turismo de 2017, publicado pela WTTC (2017), nota-se que Cabo Verde tem, ainda, muito a fazer para melhorar sua performance em quase todos os critérios subjacentes ao ambiente empresarial, nomeadamente, em novas políticas para reduzir as tributações e aumentar os incentivos ao investimento, conforme observado na sequência: efeito de tributação sobre os incentivos para

investir (117), efeito de tributação sobre os incentivos ao trabalho (85) custos com licenças (97), eficiência do quadro legal nas resoluções de disputas (87), taxa de imposto total (67).

**Gráfico 13: Qualidade de vida e os seus respetivos domínios (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

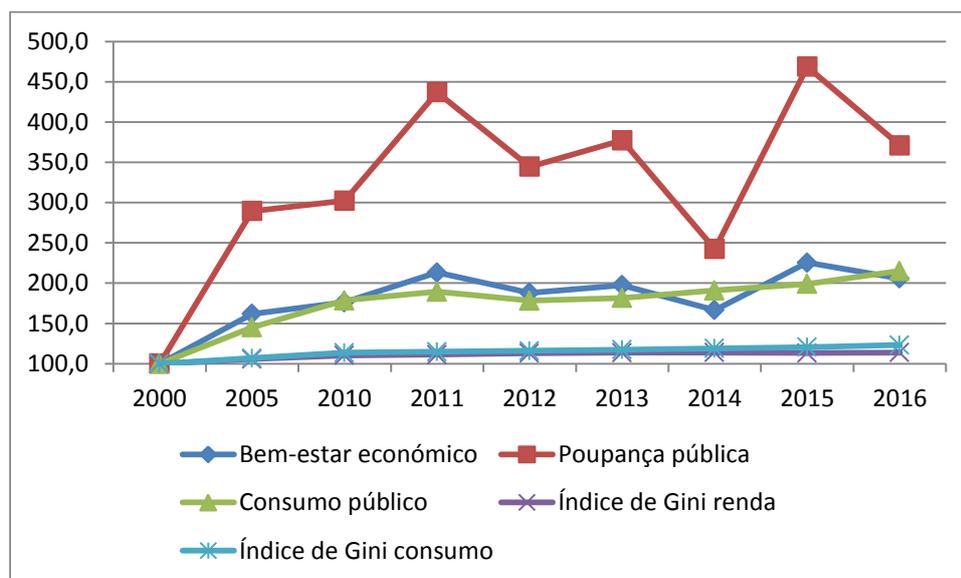
No gráfico 13 encontram-se ilustrados os domínios educação e água, saneamento e energia, cuja contribuição é responsável pela evolução positiva da perspectiva qualidade de vida. No domínio da educação, todos os indicadores apresentaram uma evolução positiva, com particular destaque para a proporção da população que tem o ensino superior, cuja evolução foi ainda mais positiva. Este progresso pode ser considerado de proporções exponenciais, na medida que no ano 2000 apenas 1,9% da população tinha o ensino superior e, em 2016 alcançou os 9,3%, atingido um índice de 489,5, pois, até 2001 Cabo Verde tinha apenas duas universidades, a Universidade de Cabo Verde (UNICV), fundada em 1979 (pública) e o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), fundada em 1991 (privada). Em 2001 foi fundada a Universidade Jean Piaget, criado pelo Instituto Piaget (privada), em 2007 surge a Universidade Lusófona (privada), em 2006 o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), e por último, a Universidade de Santiago (privada) em 2008. Desde a fundação até a data de hoje todas essas universidades vêm aumentando a sua oferta de cursos (Ministério da Educação de Cabo Verde, 2018), para além do investimento estrangeiro no ensino superior, pelo fato das universidades Jean Piaget e lusófona serem universidades Portuguesas. À par disso o estado oferece bolsas e subsídios de estudos, através da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE), para o ensino superior e

formação profissional aos alunos oriundas de famílias de classe economicamente desfavorecida, com o objetivo de assegurar estudos à aqueles que de outra forma não seria possível (FICASE,2018).

Relativamente a água, saneamento e energia, todos os indicadores apresentam uma evolução muito positiva, permitindo que em 2016, o índice fosse de 217,8. Essas melhorias são frutos de vários investimentos em centrais térmicas, apostas em energias renováveis e na produção de água dessalinizada (Relatórios de conta, 2006 e 2016, da Eletra, SA)

A nível da saúde, a evolução também foi positiva, sobretudo, a partir do ano 2013, mais precisamente em 2015 quando o valor do índice foi de 133,4. Durante esse período o governo apostou em várias estratégias para o desenvolvimento da saúde em Cabo Verde, como: na organização e gestão dos serviços; na oferta de cuidados de saúde; na sustentabilidade financeira do setor da saúde; no desenvolvimento de recursos humanos; na rede de estruturas sanitárias; em tecnologias da saúde; em informação sanitária, para a investigação em saúde e para o desenvolvimento de parcerias. O orçamento de funcionamento do Ministério de Saúde, acusou um aumento de 1.662.594.403,00 CVE em 2005 para 3.938.000.000,00 CVE em 2016. Houve um aumento significativo de números de médicos e enfermeiros de 2003 a 2016 nos dois hospitais centrais, Hospital Baptista de Sousa (HBS) em São Vicente, que tinha 43 médicos e 76 enfermeiros em 2003 e em 2016 detinha 103 médicos e 155 enfermeiros, já o Hospital Agostinho Neto na ilha de Santiago detinha 59 médicos e 169 enfermeiros no ano de 2003 e, em 2016 foram respetivamente 237 médicos e 350 enfermeiros. Registou-se, também, um aumento de médicos nos hospitais regionais nas outras ilhas. Houve, à par disso, construção de vários centros de saúde em todas as ilhas, para aliviar os hospitais centrais da sobrecarga da atenção primária. Essas melhorias resultam do aumento do turismo em Cabo Verde, do investimento privado, IDE, das remessas dos emigrantes e, também, da ajuda pública ao desenvolvimento. (Relatório Estatístico de Saúde,2005 e 2016 e Política Nacional de Saúde, 2007).

**Gráfico 14: IBE: bem-estar económico e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

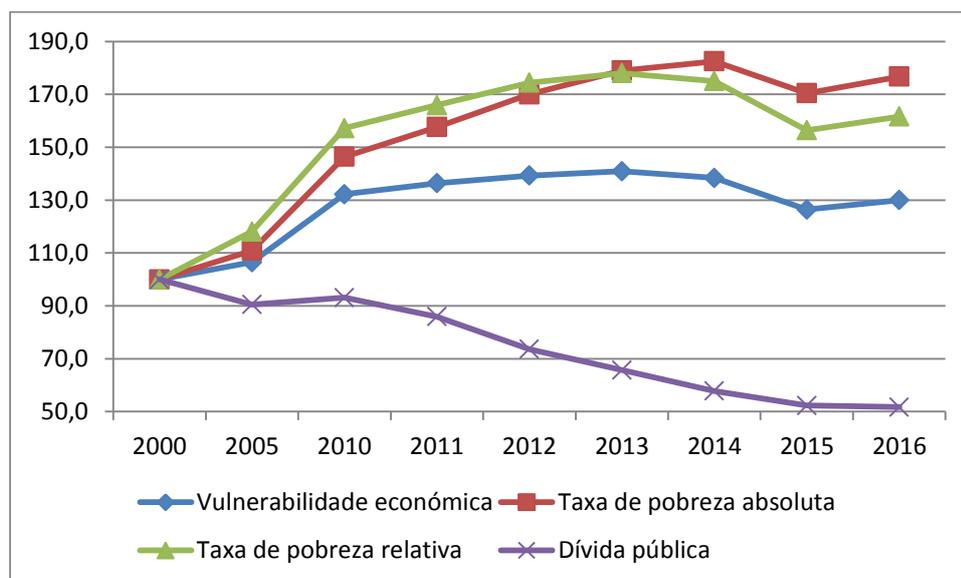
De seguida analisa-se em detalhe os fatores que contribuíram para a evolução de cada um dos indicadores que entram na construção do IBE. Ao analisar o bem-estar económico (gráfico 14), verifica-se que a poupança pública do país aumentou significativamente a partir do ano 2000, com repercussão positiva superior a nível do bem-estar económico, em relação aos demais indicadores.

Embora tenha apresentado algumas oscilações depois do ano 2011, o consumo público também apresentou um crescimento aceitável, a exceção do ano 2012, onde foi registado um ligeiro decréscimo, conforme indicado no gráfico 14.

Relativamente aos índices de Gini de rendimento e do consumo, foi apurado que estes indicadores foram os que menos contribuíram para o aumento do bem-estar económico, pois, embora tenham apresentado melhorias durante o período em análise, nota-se, pelo gráfico, que a evolução foi muito aquém do desejável.

Por outro lado, a análise do bem-estar económico pelo desenvolvimento do turismo é positiva, uma vez que, o bem-estar económico acompanhou a evolução positiva do turismo, ainda que este não afete a população da mesma forma, tendo em conta que os índices de Gini ainda apresentam grandes desigualdades.

**Gráfico 15: IBE: Vulnerabilidade económica e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

Pela análise do gráfico 15, são observadas algumas melhorias ao nível da vulnerabilidade económica, principalmente no que tange a pobreza, que tem vindo a diminuir, contribuindo para o aumento do bem-estar, a exceção do ano 2015, em que todos os indicadores acusaram valores mais altos, com consequência menos favorável no bem-estar.

A taxa de variação do índice da pobreza absoluta e da relativa foi respetivamente 76,7% e 61,6% para o período de 2000 a 2016. Os avanços conseguidos a nível da pobreza são resultado de um esforço progressivo do governo, desde a independência de Cabo Verde. À partir deste grande marco, foram elaborados importantes planos voltados para o desenvolvimento nacional, nomeadamente os dois planos de emergência executados nos períodos de 1975-1977 e 1978-1980, com o intuito de minimizar os efeitos da miséria e fome que abalaram o ano de 1974.

Posteriormente, em 1982, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, executado no período de 1982-1985 e, em 1986 foi elaborado um segundo plano, executado de 1986-1990, ambos visando mobilizar recursos internos e externos para o desenvolvimento, com o principal objetivo de reduzir a pobreza e conservar os recursos naturais (Relatório da ODM Cabo Verde 2015).

Ainda em 1997, foi traçado o grande plano de combate à pobreza, designado de Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, visando a integração económica, melhoria no acesso ao serviço social por parte das pessoas pobres e, construção de infraestruturas socioeconómicas

de base (Relatório da ODM Cabo Verde 2015). À partir do ano 2000, o PNLP recebe uma nova configuração, com algumas melhorias, com o intuito de acrescentar uma ênfase ainda maior ao conjunto das políticas públicas globais, designadas de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza. Essa nova configuração consistiu na harmonização do crescimento económico e desenvolvimento social do país (INECV, 2004).

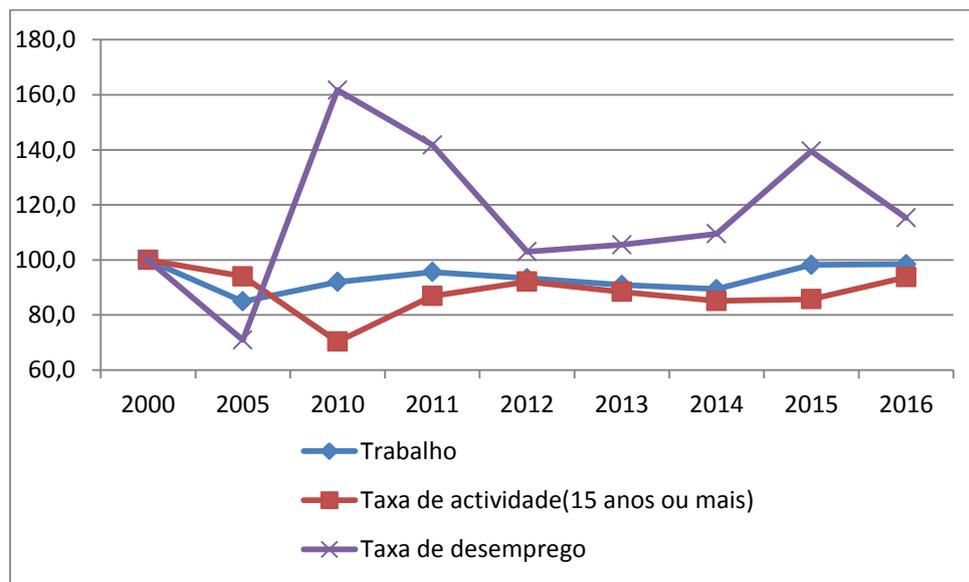
Todos os esforços anteriores (os sucessivos planos de luta contra pobreza) têm repercutido positivamente na população de Cabo Verde, até a presente data. Esses resultados positivos alcançados foram obtidos de diferentes formas: primeiro, em grande parte, pelo desenvolvimento do turismo, que traduziu em investimentos em infraestruturas, na captação do IDE, no acesso a eletricidade, água e saneamento, na educação; investimentos na agricultura, através da mobilização de água, da facilitação dos agricultores ao crédito através de microfinança, promoção de irrigação gota a gota e apoio a extensão rural e, também a construção de estradas facilitou o transportes de produtos agrícolas aos mercados. Embora os esforços sejam evidentes, ainda existem constrangimentos principalmente no que concerne as condições climáticas e as explorações de pequenas dimensões. O governo fez uma série de reformas no sistema de segurança social e pensões, onde destaca-se a extensão da pensão social mínima a novas classes de pensionistas e a extensão do programa do INPS às novas categorias de trabalhadores, como os profissionais independentes e empregadas domésticas, que já proporcionou seguro de saúde a varias pessoas, facilitando o acesso a saúde, também a expansão social mínima proporcionou às pessoas mais desfavorecidas um rede de segurança social; investimentos na educação, especialmente na formação técnico-profissional; as remessas dos emigrantes e donativos internacionais também contribuem para a redução da pobreza (Estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza III, 2011-2016).

No que concerne a dívida pública, nota-se que tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, com uma taxa de variação de -48% para o período de 2000 a 2016, o que, por sua vez, tem contribuindo negativamente para o bem-estar.

Entre 2001 até 2008, a média de crescimento da dívida pública era de 4,5% enquanto que de 2009 a 2016 era de 13,5%, embora o aumento da taxa de endividamento tenha diminuído consideravelmente em 2016, sendo de 5,36%. O aumento da dívida nesse período, aparece como resultado da crise internacional de 2008, que abalou o mundo e repercutiu naturalmente em Cabo Verde, que é um país insular, com uma pequena economia aberta, exposta às adversidades internacionais. Por outro lado, nessa mesma data, Cabo Verde ascendeu para

país de desenvolvimento médio, que tem como consequência direta, a redução das ajudas ao desenvolvimento e dos empréstimos concessionais, pois, até 2008 os juros da dívida pública começaram a aumentar, ganhado mais expressão à partir de 2015, com a prática de taxas juros maiores e redução dos prazos de reembolso da dívida. Por exemplo no de 2008 o Estado pagou de dívida pública 1.847.000.000 CVE. Já no ano de 2016 foram pagos 4.223.000.000 CVE (BCV: Despesas Públicas, 2004-2016).

**Gráfico 16: IBE: Trabalho e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

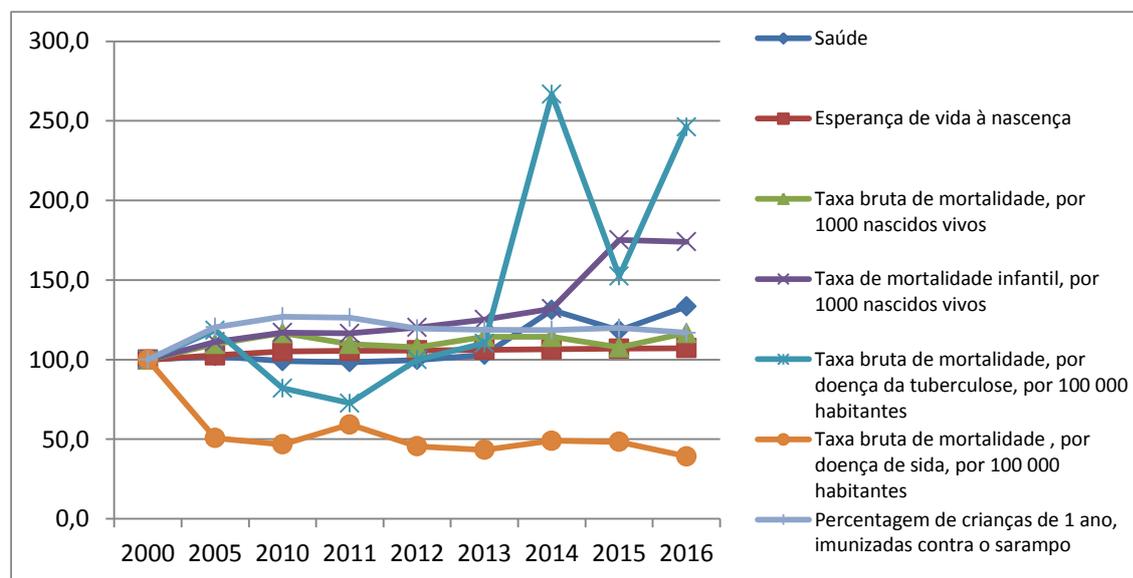
A nível do domínio trabalho, Cabo Verde vem enfrentando uma série de constrangimentos, uma vez que, apresenta dificuldades em absorver a população ativa, não contribuindo de uma forma positiva para o crescimento do bem-estar, conforme verificado no gráfico 16, com uma variação de apenas 4,5% de 2000 a 2016. Ainda pelo gráfico 16, notam-se grandes oscilações deste domínio, por vezes dando alguns sinais de recuperação, para logo de seguida retrair, embora tenha apresentado em 2015 e 2016 melhorias bem significativas.

De acordo com dados do INE, o desemprego atinge mais mulheres do que homens e é mais acentuado no meio urbano do que no meio rural. A taxa de desemprego afeta cada ilha de maneira diferente e, em Santiago, seguida por São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, a incidência é maior, bem diferente das ilhas do Sal e da Boavista, que por sua vez apresentam mais baixas, em relação à média do país.

No ano 2016 a taxa de desemprego do país era de 15%, enquanto a do Sal era de 8,3% e da Boavista 7,9%, o que nos leva a dizer que o turismo contribui para a redução do desemprego

nestas duas ilhas. Ainda sobre o desemprego, é importante explicar que a camada mais jovem é a mais afetada, na medida que em 2016 os jovens da faixa etária dos 15 aos 24 representavam, pelo menos, 41% da população desempregada, enquanto os jovens de 15 a 34 anos correspondiam a 24% da população desempregada.

**Gráfico 17: IBE: Saúde e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

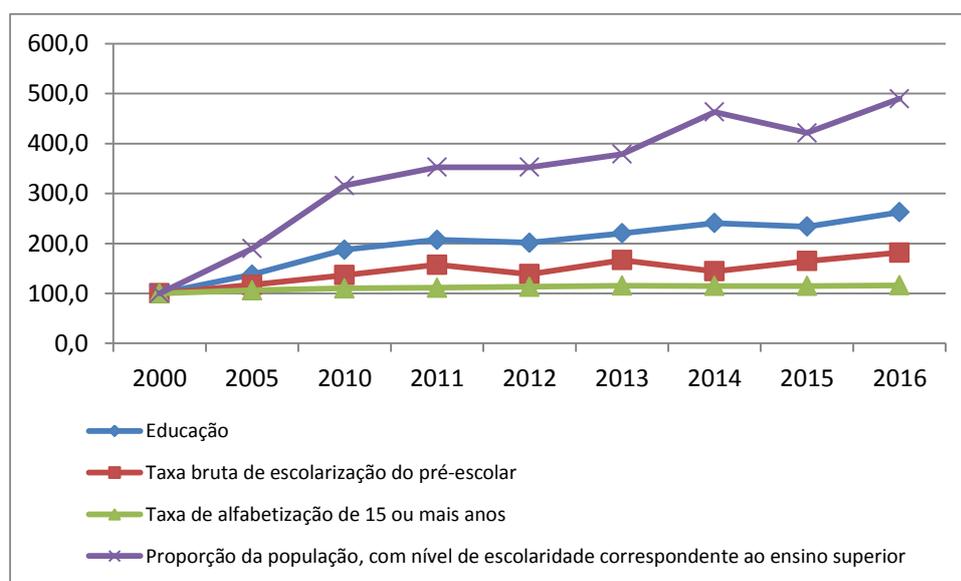
Pela análise ao domínio da saúde foram verificados uma série de avanços que apontam uma percentagem de variação de 33% em 2016, em comparação com o ano 2000, conforme verificado no gráfico 17. Porquanto este domínio regista uma evolução favorável em termos da taxa de mortalidade infantil, cuja variação no ano de 2016 acusou 74%, comparativamente a 2006.

Estes resultados dependem igualmente do decréscimo da taxa bruta de mortalidade no geral, embora tenham acusado algum aumento em 2011, 2014 e 2015. À complementar esta análise, importa referir que a esperança média de vida em cabo Verde vem aumentando de ano para ano, porquanto é a maior da África Subariana.

Ainda em termos da saúde foi observado que o índice da taxa de mortalidade por tuberculose estava em baixa e ocorreu dois picos no final do período, sobretudo a partir do ano 2013, que embora tenha aumentado em 2015 voltou a decrescer em 2016, com repercussão positiva no bem-estar. Em relação às crianças imunizadas contra o sarampo, o número de vacinados é maior, pois, corresponde à uma variação de 17%, o que significa que pelo menos em 2016 89,3% das crianças tinham sido vacinadas.

O indicador mais desfavorável neste domínio é a taxa bruta de mortalidade provocada pela sida, que tem apresentado uma evolução negativa, outrossim o relatório do Índice de Competitividade de Turismo de 2017, publicado pela WTTC (2017), indica que no domínio da saúde, Cabo Verde ocupa a 95ª posição, em virtude dos resultados desfavoráveis da densidade médica (105) e prevenção do VIH (106). À vista disso, o desenvolvimento turístico tem promovido uma série de melhorias na saúde pública, embora a taxa de mortalidade por VIH tenha aumentado.

**Gráfico 18: IBE: Educação e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



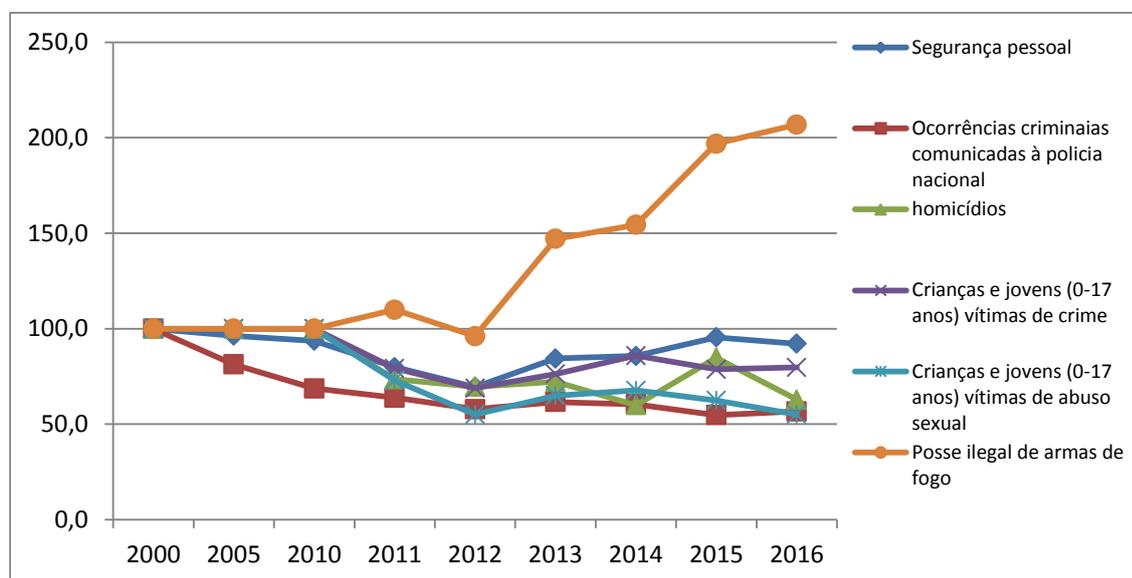
Fonte: Elaboração da autora

A nível da educação as melhorias são notáveis, conforme indicado no gráfico 18, que mostra uma variação de 162% de 2000 a 2016 em termos da contribuição da educação no aumento do bem-estar. Neste domínio, o índice da proporção da população com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior disparou, acusando uma variação de 390% no período considerado, justificada pela percentagem de 9,3%, da população com ensino superior em 2016, comparativamente aos 1,9% registados no ano 2000.

O índice da taxa bruta de escolarização do pré-escolar, também apresentou uma evolução positiva, correspondente à uma variação de 82%, na medida que, a taxa bruta de escolarização de 53,4% no ano 2000, aumentou para 97% em 2016, uma das mais altas do continente Africano.

Na verdade, o governo tem realizado uma série de esforços para garantir que todas as crianças tenham acesso ao ensino básico, porém, ainda há muito por fazer para que o país se torne numa referência em termos da qualificação da mão-de-obra.

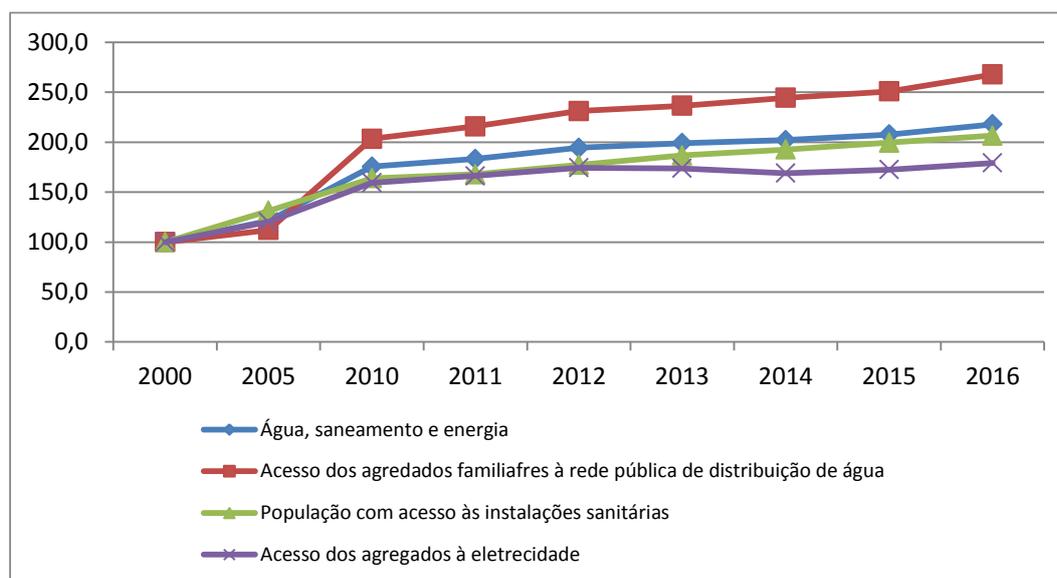
**Gráfico 19: IBE: Segurança pessoal e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

Conforme indicado no gráfico 19, a nível da segurança a evolução tem sido negativa e, igualmente negativa tem sido a repercussão no bem-estar. O único indicador com registo positivo foi a de posse ilegal de armas de fogo, que vem apresentando uma diminuição nos últimos anos, enquanto os restantes indicadores indicam uma acentuação dos valores, em termos do aumento da criminalidade e abuso sexual de menores. Deste modo, a segurança em Cabo Verde é ainda um grande entrave ao turismo, aliás como assevera o Índice de Competitividade de Turismo de 2017, publicado pela WTTC (2017), em que Cabo Verde se encontra na 86ª posição. Estes dados alarmantes deverão servir de alerta aos governantes, no sentido de se desenvolver políticas ajustadas de combate à criminalidade, que por sua vez vem aumentando com o desenvolvimento do turismo, e enfraquecendo à confiança dos turistas.

**Gráfico 20: IBE: Água, saneamento e energia e os seus respetivos indicadores (2000=100)**



Fonte: Elaboração da autora

A nível do nosso último domínio do IBE, água, saneamento e energia, registaram-se melhorias significativas, conforme aponta o gráfico 20. Este domínio apresentou uma variação de 118% no período em análise, tornando-se num dos domínios que mais contribuíram para o aumento do bem-estar. Embora todos os indicadores tenham contribuído para o resultado satisfatório, nota-se que o maior destaque coube ao acesso à rede pública de distribuição de água por parte dos agregados, que apresentou uma variação de 168% de 2000 a 2016, com aumento de 24,8% para 64,6% respetivamente.

Em relação ao acesso às instalações sanitárias, a variação foi 106%, registando um aumento de 38,7% no ano 2000 para 80,1% em 2016.

Quanto ao acesso à eletricidade, a variação foi de 79%, pelo aumento verificado de 50% no ano 2000 para 89,6% no ano 2016.

As melhorias que foram sendo destacadas ao longo da análise são deveras animadoras, mas embora tenham abrangido todas as ilhas do arquipélago, nota-se que existem ainda outros aspetos que precisam urgentemente da atenção dos governantes, principalmente no que concerne à qualidade da água, ainda que esta, esteja maioritariamente condicionada pela natureza e não exclusivamente pela ação do governo.

A par dos preços, os défices na oferta de água e os cortes recorrentes na eletricidade são outros entraves que mitigam a expansão turística no país, embora a evolução seja

surpreendente de 2000 para 2016, asseverando um esforço, que se espera contínuo, no aumento do bem-estar dos cabo-verdianos e da competitividade turística.

Outro aspeto que faz sentido analisar são as telecomunicações, contudo não foi possível integrar esta componente no índice pela falta de dados no período em análise. Ainda sobre as telecomunicações, Cabo Verde dispõe de duas operadoras telefónicas, CV Telecom e a UnitelT+, que por sua vez foi lançada em 2007, colocando termo ao monopólio da CV Telecom. A CV Telecom nasceu da cisão dos CTT-EP, em 1994, estabelecendo a separação entre o negócio dos correios e o das telecomunicações e, dando origem à uma sociedade anónima, que foi posteriormente privatizada em 2005 com um parceiro estratégico português, isto é, a Portugal Telecom.

Em Cabo Verde a rede de comunicações encontra-se bem estruturada, com o suporte de uma tecnologia moderna que cobre todo o país. Com a introdução da concorrência houve uma redução do preço dos serviços e equipamentos e, uma crescente massificação da internet, embora os preços praticados sejam ainda considerados relativamente elevados, face ao nível de vida da população.

**Tabela 11: Percentagem dos agregados familiares segundo a posse de telefone fixo, televisão, televisão por assinatura, computador, tablet/ipad e acesso a internet no alojamento, por meio de residência, conselho e sexo do representante (2016)**

	Telefone Fixo	Televisão	TV por assinatura	Computador	Tablete / Ipad	Acesso a internet no alojamento
<b>CABO VERDE</b>	24,4	78,2	19,6	31,2	17,1	48,8
<b>MEIO RESIDÊNCIA</b>						
Urbano	25,2	83,2	22,8	37,7	20,8	51,2
Rural	22,8	67,1	10,8	16,6	8,9	43,5
<b>ILHAS</b>						
Santo Antão	34,5	69,7	7,4	16,5	9,5	44,8
São Vicente	33,3	80,7	18,4	34,8	15,3	45,6
São Nicolau	49,5	84,1	17,9	31,3	16,9	50,4
Sal	23,3	85,6	16,8	36,6	21,6	77,8
Boavista	21,1	75,7	54,2	28,8	27,7	58,7
Maio	33,4	73,7	3,5	18,1	10,2	55,6
Santiago	14,5	72,3	12,5	23,9	10,7	47,5
Fogo	29,9	66,3	13,6	22,8	17,6	55,5
Brava	36,3	86,5	39,9	35,9	24,2	55,6
<b>SEXO DO REPRESENTANTE</b>						
Masculino	23,6	78,2	23,8	36,3	19,6	51,6
Feminino	25,4	78,1	15,0	25,6	14,3	45,7

**Fonte:** INE - Estatísticas das Famílias e condições de vida – Inquérito Multiobjectivo contínuo 2016

Em termos da posse de equipamentos e acesso aos serviços TIC, verificam-se algumas discrepâncias significativas entre o meio urbano e rural, sendo que no urbano as percentagens são superiores.

Conforme observado na tabela 11, a nível do telefone fixo, os agregados familiares das ilhas de São Nicolau (49,5%), Brava (36,3%), Santo Antão (34,5%), São Vicente (33,3), Maio (33,4%) são os que apresentam uma percentagem, muito acima da média do país, enquanto as ilhas do Fogo (29,9%), Sal (23,3%) e Boavista (21,1), Santiago (14,5%) apresentam percentagens mais baixas, sendo que, dados ao telefone fixo<sup>3</sup>, mostram uma tendência decrescente da posse do telefone fixo por parte dos agregados familiares, indicando que esse meio de comunicação tem vindo a ser substituído por outros meios de comunicação, sobretudo pelos telemóveis e pela internet.

<sup>3</sup> Ver gráfico em anexo 3

Relativamente à televisão, a maior parte dos agregados familiares, pelo menos 78,2% em 2016, possui pelo menos uma televisão, sobretudo nas Brava (86,5%), Sal (85,6%), São Nicolau (84,1%) e São Vicente (80,7%) e as ilhas de Santo Antão (69,7%) e Fogo (66,3%), com valores mais baixos. O acesso aos serviços de televisão por assinatura, a cabo ou digital (vários canais) tem vindo a aumentar, em 2010 apenas 6,9% dos agregados tinham acesso aos serviços de televisão por assinatura, mas em 2016 já eram 19,6%, principalmente na Boavista (54,2%) e Brava (39,9%), com valores acima da média do país. Contrariamente as anteriores, as outras ilhas apresentaram valores inferiores, abaixo da média do país, nomeadamente Maio (3,5%) e Santo Antão (7,4%).

Em termos da posse de computadores, as ilhas do Sal (36,6), Brava (35,9), São Vicente (34,8), São Nicolau (31,3), apresentam valores acima da média, porém Santo Antão (16,5%) e Maio (18,1) continuam com as percentagens mais baixas.

Relativamente a posse de tablete/ipad, as percentagens maiores são da Boavista (27,7%), Brava (24,2) e Sal (21,6%) sendo que as ilhas Santo Antão (9,5%), Maio (10,1%) e Santiago (10,7%) apresentam as mais baixas.

No que concerne ao acesso a internet, a maioria das ilhas apresenta uma percentagem em torno da média do país, mas a ilha do Sal destaca-se das demais, com uma percentagem em torno dos 77,7% de agregados com acesso a internet no alojamento, bem diferente de Santo Antão, que ainda neste item apresenta valores mais baixos, apenas 44,8%, o mesmo acontecendo com a posse de computadores.

Esses dados mostram um aumento concertado entre o acesso às tecnologias e o turismo, ou seja, o turismo contribui para um maior desenvolvimento das tecnologias. Em termos dos TICs, Cabo Verde ocupa a 84ª posição no Índice de Competitividade de Turismo de 2017, publicado pela WTTC, o que revela que os investimentos realizados até o momento não têm sido suficientes para aproximar o país de tecnologias tão usuais no mundo todo.

Em termos de constrangimentos, Cabo Verde enfrenta ainda outros problemas, nomeadamente a insuficiente ligação aérea aos países emissores de turistas, a deficiente articulação de estratégias comerciais/*marketing* entre operadores de transportes e operadores turísticos, a deficiente ligação inter-ilhas, os sistemas deficientes de organização e transporte terrestre ao serviço do turismo, os elevados preços dos serviços de transporte interno e a deficiente coordenação/integração entre transportes aéreos, marítimos e terrestres na

maximização e alargamento das estadias dos turistas em todas as ilhas. Além disso, Cabo Verde debate-se ainda com outros constrangimentos no que tange à infraestruturação turística, isto é, capacidade de alojamento insuficiente e excessivamente concentrada em poucas regiões (Sal, Boavista, São Vicente e Santiago), preços elevados no alojamento e restauração, comparativamente a outros destinos concorrentes, produtos turísticos deficientemente trabalhados na perspetiva do marketing, deficiente divulgação de centros históricos e museus, insuficiência de mão-de-obra devidamente formada para o sector do turismo, taxas de desemprego elevadas, articulação deficiente entre os diversos agentes no que tange à promoção do destino Cabo Verde (Plano estratégico para desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, 2010-2013).

## CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados sobre a evolução do turismo e do bem-estar social em Cabo Verde, no período de 2000 a 2016, percebe-se que o turismo é um setor que impulsiona o desenvolvimento do país, na medida que se encontra amplamente articulado à melhoria do bem-estar da população Cabo-verdiana, porquanto foi constatado que representa o principal impulsionador do crescimento económico nos últimos anos em Cabo Verde, traduzindo-se no aumento do PIB de 6,4% em 2000 para 21,6% em 2016.

A parte disso, o país é confrontado com uma consequência desfavorável do turismo, muito característica dos países menos desenvolvidos, sobretudo nos microestados insulares, como é o caso de Cabo Verde. O turismo é hoje considerado o setor económico dominante em Cabo Verde, cuja pobreza em recursos, permite que esta dependência estimule largamente o crescimento do sector terciário, sem que os demais sectores tenham condições de acompanhar um desenvolvimento semelhante.

Conforme explicam os fatos apontados na revisão da literatura, o turismo começou a singrar no país a partir do ano 2000 e, rapidamente cresceram a oferta e a procura turística. Ainda assim, este crescimento não se expandiu para todas as ilhas com a mesma intensidade, acentuando-se sobretudo nas ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente, que recebem anualmente um fluxo maior de turistas do que as restantes. Esta característica que o turismo imprime no país, desencadeia outras consequências negativas, sobretudo na ilhas de Santo Antão e no interior das ilhas de Santiago, São Nicolau e Brava, que assistem a um despovoamento acentuado, caracterizado pelo êxodo dos mais jovens para as regiões urbanas.

Não obstante, são incontestáveis os benefícios do turismo, observadas através do cálculo do IBE, que incidindo sobre o nível de desenvolvimento económico do país, permitiu concluir que desde o ano 2000 foram verificadas uma série de melhorias, consideradas espectáveis, na medida que a atividade turística abarca uma dimensão social que se traduz na melhoria das infraestruturas, da educação, da saúde e da pobreza. Outrossim, as receitas geradas pelo crescimento do turismo refletem-se de forma genérica na melhoria na qualidade e condições materiais de vida das populações, porquanto o cálculo do IBE também identificou melhorias significativas no domínio da educação, do bem-estar económico, de água, do saneamento e energia, da saúde e da vulnerabilidade económica.

À vista disso, muitos autores identificados na revisão da literatura, defendem essa dimensão do turismo, consignada na diminuição do desemprego, que acaba por ser outra artéria vulnerável em Cabo Verde, um país que se debate com grandes dificuldades na absorção da população ativa, sobretudo nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e São Nicolau. Paradoxalmente, nas ilhas que apresentam um dinamismo turístico mais acentuado, as oportunidades de empregabilidade são maiores, corroborando a análise defendida pelos autores.

Por outro lado, o IBE, também apontou o aumento da insegurança, como sendo uma contrapartida negativa do turismo, na medida que o aumento da criminalidade, resultante das desigualdades sociais, dos ambientes urbanos pouco estruturados e da falta de controlo institucional e social, são fatores importantes que agravaram a evolução do domínio da segurança.

Um grande entrave a nível do estudo foi sem dúvida a carência das fontes de informação, que empobreceram a visão deste projeto, já que os dados disponibilizados pelo INE e pelo governo de Cabo Verde estiveram aquém do expectável para a consistência desta abordagem.

Dessa forma, sugere-se que outras abordagens se empenhem em calcular também o IBE para cada ilha, estabelecendo uma análise comparativa, que relacione o crescimento do turismo e o aumento do IBE em cada ilha, assim que a disponibilidade dos factos o permita.

Para tal, acredita-se ser igualmente relevante aplicar questionários, abrangendo uma amostra da população de cada ilha, para avaliar a perceção da população sobre a repercussão direta do turismo na sua qualidade de vida.

Ainda, seria igualmente relevante considerar outra análise comparativa entre Cabo Verde e outros países com características idênticas, de forma a apurar a contribuição do turismo no aumento do IBE dos países insulares, bem como a realização de um estudo econométrico capaz de identificar relações causais entre o turismo e o bem-estar, logo que houver dados suficientes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco de Cabo Verde. 2016. *Relatório do Estado da Economia de Cabo Verde em 2016*. Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas. Cabo Verde.
- Banco de Cabo Verde. 2017. *Estatísticas: Principais Indicadores Macroeconómicos*. Cabo Verde. Acedido em 21/02/2017.
- Banco de Cabo Verde. 2017. *Estatísticas: Finanças Pública, 2004-2016*. Cabo Verde. Acedido em 18/09/2018.
- Balanzá, I. M. e Nadal, M. C. 2003. *Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos*. Thomson. São Paulo.
- Barbosa, F. F. 2005. *O Turismo como Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional*: 111-112. Caminho de Geografia.
- Brito, B. R. 2010. *Turismo em meio insular Africano: Potencialidades, constrangimentos e impactos*. Parte1: 12-79. Lisboa. Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
- Cañizares, S. M. S., et al. 2015. *Stakeholders' perceptions of tourism development in Cape Verde, Africa*. Pg: 968. Spain. Routledge.
- Carvalhalho, C.L. 1998. *Desenvolvimento do turismo no brasil*. São Paulo. Revista de Administração.
- Cheibub, B. L. 2011. *Turismo Social: reflexões a partir da História Institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ e SP) e da produção acadêmica Brasileira acerca do tema*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.
- Cooper, C., et al.1998. *Tourism Principles and Practices*. 2nd Ed. Harlow and New York: Pitman.
- Cooper, C., et al .2008. *Turismo: Princípios e Prática*:40-43. São Paulo. 3ª Ed. Bookman.
- Cunha, L. 1997. A Procura e a Oferta Turística. *Economia e política do turismo*: 101-170. Lisboa: Editora McGRAW-HILL de Portugal, Lda.
- Cunha,L .2001. Conceitos e Medidas. *Introdução ao turismo*: 3-10. Lisboa. Editorial Verbo.
- Cunha, L. 2006. *Economia e política do turismo*. Lisboa: Editorial verbo.
- Cunha, S. K. & Cunha, J.C. 2005. *Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local*. Scielo Brasil. Revista de Administração Contemporânea.
- Direcção Nacional de Planeamento de Cabo Verde .2015. *Relatório ODM Julho 2015*. <https://www.un.cv/files/Relatorio%20ODM%20Julho%202015.pdf> . Consultado em: 01-02-2017.
- Ferreira, E.M. 2008. *O Turismo sustentável com fator de desenvolvimento das pequenas economias insulares: O caso de Cabo Verde*. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas.

- Goeldner, C. R. *et al.* 2002. *Turismo, Princípios, Práticas e Filosofias*. Porto Alegre. Bookman.
- HALL, C.M. 2001. *Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos*. São Paulo.
- Hunziker, M. e Krapf, K. 1942. *Allgemeine Fremdenver Kehrslehre*. Zurique. Poligraphischer Verlag.
- Inskeep, E. 1991. *Tourism planning: an integrated and sustainable development approach*. New York. Van Nostrand Reinhold.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2010. *Inquerito ao Emprego 2005*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2014. *Recenseamento geral da População e Habitação 2000*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2016. *Anuário Estatístico 2015:36-115*. Instituto Nacional de Estatística. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2016. *Estatísticas do Turismo 2000-2016*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2016. *Estatísticas do Mercado de Trabalho 2010-2016*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2017. *Anuário Estatístico 2016:42-162*. Instituto Nacional de Estatística. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Portugal. 2017. *Índice de Bem-estar: 2004-2016*. Instituto Nacional de Estatística. Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2017. *Anuário Estatístico 2016*. Instituto nacional de estatística. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2017. *Estatísticas da Famílias e Condições de Vida: Inquérito Multiobjetivo Contínuo 2016 e 2017*. Praia.
- Maggino, F. & Zumbo, B.D. (2012). *Measuring the quality of life and the construction of social indicators:205-238*. Dordrecht,Holanda. Springer.
- Mill, R. C. 1990. *Tourism, The International Business:153-159*. New Jersey, USA. Prentice Hall International: Englewood Cliffs.
- Ministério de economia de Crescimento e competitividade. 2010. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010-2013*. Praia.
- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território & Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.2011. *Estudo Sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência em Cabo Verde*. Praia.
- Ministérios de Educação e desporto de Cabo Verde. 2012. *Relatório estatístico 2011*. Praia.
- Ministério das Finanças. 2012. *Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III: 2012-2016*. Praia

- Ministério da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde. 2007. *Política Nacional da Saúde*. Praia.
- Ministério da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde. *Relatórios Estatísticos 2005, 2010 e 2016*: [www.minsaude.gov.cv](http://www.minsaude.gov.cv). Consultado em: 06-01-2017.
- Neves, J. R.O. 2012. *O Papel dos eventos no reforço da atractividade turística de Cabo Verde: O caso da cidade da Praia*. Dissertação de Mestrado em Turismo. Escola superior de hotelaria e turismo do Estoril.
- Oliveira, A.P. 2001. *Turismo e Desenvolvimento, Planejamento e Organização*. São Paulo. Editora Atlas S.A.
- Organização Mundial do Turismo. 1995. *Guía práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible*. Madrid
- Organização Mundial do Turismo. 2010. *Barómetro da Organização Mundial Turismo*. Volume 8, Nº1.
- Organização Mundial do Turismo. 2010. *Facts & Figures - Informations, Analysis and Know-How*, Tourism 2020 Vision.
- Organização Mundial do Turismo. 2015. <http://media.unwto.org/press-release/2015-07-14/unwto-calls-higher-financing-tourism-development-cooperation>. Publicado em 15-07-2015.
- Organização Mundial do Turismo. 2017. *International Tourism Results: the highest in seven years*. <http://media.unwto.org/press-release/2018-01-15/2017-international-tourism-results-highest-seven-years>. Publicado em 15-01-2018.
- Reis, R. 2009. Número Índices. *Estatística Descritiva*, 7ª Edição: 139-150. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Sahli, M & Carey, S. 2008. *Causality Between Inbound Tourism and Economic Growth: An Overview*. Victoria University of Wellington, New Zealand . New Zealand Treasury, New Zealand.
- Santos, M. C. 2009. *Turismo em Cabo Verde: Um Estudo Exploratório*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Sharpley, R., & Telfer, D.J. 2002. *Development Theories and Tourism Theory*. Sharpley, R, *Tourism and Development: Concepts and Issues*, Part.1: 11 – 35. British Library.
- Taldini, R.F., & Melquiades, T. 2010. *Turismo em Perspectiva: o Cenário e a Importância do Turismo no Brasil e no Mundo*. Taldini, R.F, *Fundamentos do Turismo*, Vol.1: 21-22. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- Taldini, R.F., & Melquiades, T. 2010. *A Importância do Turismo no Ensino e na Pesquisa, e o seu Inter-relacionamento com outras Ciências*. Melquiades.T, *Fundamentos do Turismo*, Vol.2: 31-44. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- Zaei, M. S. & Zaei, M. E. 2013. *The impacts of tourism industry on host community*. *European Journal of Tourism Hospitality and Research* Vol.1, No.2, pp.12-21. Published by European Centre for Research Training and Development UK.

World Travel & Tourism Council .2016.*Economic impact Cape Verde 2016*.  
<https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2016/capeverde2016.pdf> .Consultado em: 15-12-2017.

World Economic Forum. 2017. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017: *WTTC*-  
<http://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2017/country-profiles/#economy=MUS>. Consultado em 08-02-2017.

## ANEXOS

### Anexo 1: Valores dos indicadores que compõem os domínios de cada perspectiva

	U	D	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>CMV</b>											
<b>D1</b>											
1	\$	1	1 626,73	4 709,70	4 919,11	7 105,94	5 604,22	6 136,43	3 940,22	7 622,69	6 032,70
2	\$	1	13 542,68	19 659,73	24 190,13	25 651,36	24 130,41	24 597,92	25 867,18	26 966,28	29 138,37
3	%	0	56,13	53,1	50,9	50,44	49,61	49,42	49,34	49,55	49,31
4	%	0	55,46	51,86	48,81	48,3	47,76	47,19	46,6	46	45,05
<b>D2</b>											
5	%	0	59,68	53,82	40,77	37,88	35,11	33,35	32,71	35,02	33,77
6	%	0	37,87	32,06	24,09	22,83	21,71	21,28	21,64	24,21	23,43
7	%	0	67	74	72	78	91	102	116	128	130
<b>D3</b>											
8	%	1	68	63,9	47,8	59,1	62,6	60,1	57,9	58,3	63,7
9	%	0	17,3	24,4	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15
<b>QV</b>											
<b>D4</b>											
11	Nº	1	70,8	72,7	74,5	74,7	74,9	75,2	75,4	75,7	75,9
11	%	0	5,6	5,1	4,8	5,1	5,2	4,9	4,9	5,2	4,8
12	%	0	26,8	24,1	22,9	23,0	22,3	21,4	20,3	15,3	15,4
13	%	0	3,2	2,7	3,9	4,4	3,2	2,9	1,2	2,1	1,3
14	%	0	7,1	14	15,2	12	15,6	16,4	14,5	14,7	18,1
15	%	1	76,4	92	97	96,6	91,3	90,7	90,6	91,6	89,3
<b>D5</b>											
16	%	1	53,4	62,6	73	84	74	89,0	77	88,0	97
17	%	1	75,4	80	83	84	85,3	87,2	86,5	86,7	87,6
18	%	1	1,9	3,6	6	6,7	6,7	7,2	8,8	8	9,3
<b>D9</b>											
19	Nº	0	14155	17411	20604	22152	24444	22991	23392	25826	24972
20	Nº	0	39	39	39	53	56	54	65	46	62
21	Nº	0	122	122	122	154	177	160	142	155	153
22	Nº	0	65	65	65	89	118	100	96	104	118
23	Nº	0	122	122	122	111	127	83	79	62	59
<b>D10</b>											
24	%	1	24,8	27,8	50,4	53,5	57,3	58,6	60,6	62,2	66,4
25	%	1	38,8	50,9	63,6	65,1	68,8	72,4	74,7	77,4	80,1
26	%	1	50	60,1	79,7	83,1	87,2	86,9	84,5	86,2	89,6

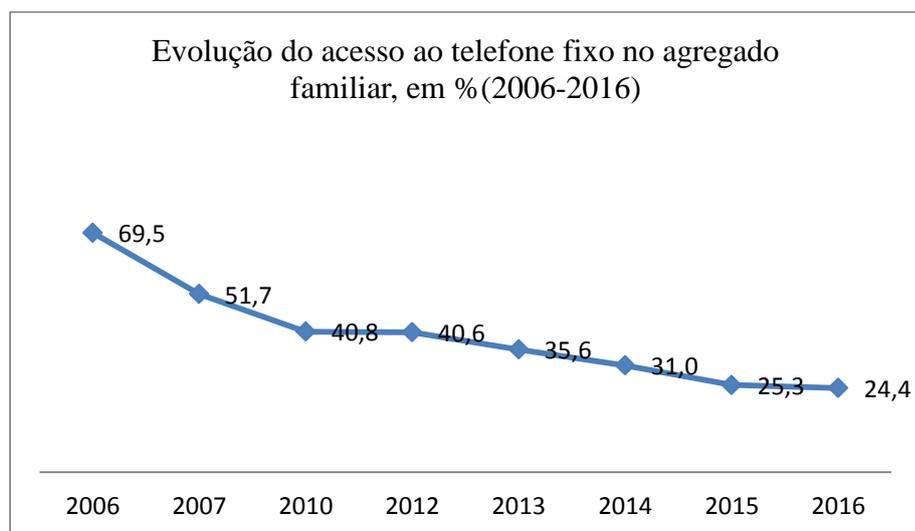
Legenda: Os números 1 à 28 correspondem ao nome de cada indicador que compõe cada domínio, U- corresponde a unidade e D – direção.

## Anexo 2: Índice de competitividade de viagens e turismo

Países	Cabo Verde	
	Classificação	Ponto
<b>Componentes do Índice</b>		
<b>1. Índice de Competitividade de Viagens e Turismo</b> 1-7 (melhor)	83	3.6
<b>1.1 Ambiente</b> 1-7 (melhor)	80	4.6
1.1.1 Ambiente Empresarial 1-7 (melhor)	69	4.4
1.1.2 Segurança 1-7 (melhor)	86	5.2
1.1.3 Saúde e Higiene 1-7 (melhor)	95	4.7
1.1.4 Recursos Humanos e Mercado de Trabalho 1-7 (melhor)	73	4.5
1.1.5 Preparação para TIC 1-7 (melhor)	84	4.0
<b>1.2 Política de Viagens e Turismo e Condições de Habilitação</b> 1-7 (melhor)	61	4.3
1.2.1 Priorização de Viagens e Turismo 1-7 (melhor)	65	4.6
1.2.2 Abertura Internacional 1-7 (melhor)	65	3.2
1.2.3 Competitividade de Preços 1-7 (melhor)	49	5.2
1.2.4 Sustentabilidade Ambiental 1-7 (melhor)	44	4.4
<b>1.3 Infraestrutura</b> 1-7 (melhor)	56	3.7
1.3.1 Infraestrutura de Transporte Aéreo 1-7 (melhor)	43	3.5
1.3.2 Infraestrurura Terrestre e Portuária 1-7 (melhor)	76	3.1
1.3.3 Infraestrutura de Serviços Turísticos 1-7 (melhor)	52	4.6
<b>1.4 Recursos Naturais e Culturais</b> 1-7 (melhor)	132	1.6
1.4.1 Recursos Naturais 1-7 (melhor)	127	2.1
1.4.2 Recursos Culturais e Viagens de Negócios 1-7 (melhor)	134	1.1

Fonte: WTTC-<http://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2017/country-profiles/#economy=MUS>

### Anexo 3: Evolução do acesso ao telefone fixo no agregado familiar, em % (2006-2016)



Fonte: INE - Estatísticas das Famílias e condições de vida – Inquérito Multiobjectivo contínuo 2016